Jornal **O DIA** SP

www.jornalodiasp.com.br | QUINTA-FEIRA, 19 DE MAIO DE 2022 | Nº 25.159 | Preço banca: R$ 3,50

Índice de Confiança do Agronegócio fecha 1º trimestre em 111,5 pontos

O Índice de Confiança do Agronegócio (ICAgro), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), fechou o 1º trimestre de 2022 em 111,5 pontos, 1,9 ponto acima do levantamento do último trimestre de 2021. Já em relação ao mesmo período do ano passado, quando o índice ficou em 117,4, houve queda de 5,9 pontos.

Resultados acima de 100 pontos estão na faixa considerada otimista pela metodologia do estudo, enquanto resultados inferiores a 100 denotam pessimismo.

De acordo com a Fiesp, o resultado positivo em relação ao final do ano passado foi puxado pelas indústrias situadas Depois da Porteira, o único segmento dentre os pesquisados em que a confiança melhorou, já que os índices da indústria Antes da Porteira e dos produtores agropecuários caíram em relação ao trimestre anterior.

"O bom momento das exportações do agronegócio é uma das razões às quais pode ser atribuído o ganho de otimismo, já que muitas empresas que compõe o grupo Depois da Porteira são exportadoras", explicou o diretor do Departamento de Agronegócio da Fiesp, Roberto Betancourt. (Agencia Brasil)

Câmara aprova medida que prevê perdão de até 99% de dívidas do Fies

Página 4

Tribunal de Contas da União aprova privatização da Eletrobras

Página 3

Ministro negocia acordo para suspensão de reajuste da conta de luz

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur lira (PP-AL), disse na quarta-feira (18) que espera "em um prazo bastante curto" um encaminhamento por parte do Ministério de Minas e Energia de uma proposta viável para redução da tarifa de energia. A declaração foi dada após reunião com o ministro da pasta, Adolfo Sachsida, representantes da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), líderes de partidos e representantes da sociedade civil.

As discussões se concentram na viabilidade do PDL 94/22 (Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo). O texto, de autoria do deputado Domingos Neto (PSD-CE), que tramita na Casa, suspende a decisão da Aneel que autorizou o reajuste da conta de luz dos consumidores atendidos pela Enel Distribuição, no Ceará.

"Tivemos uma reunião bastante produtiva, onde o ministro Sachsida saiu daqui com a incumbência de se reunir com as distribuidoras, com a Aneel e com os parlamentares para discutir uma saída equilibrada para que possa, a partir desse momento, ter um encaminhamento de solução para diminuição desse repasse que, apesar de contratual, pode ser minimizado no momento ainda de grande dificuldade com a retirada da bandeira e com incremento desse aumento por das distribuidoras", ressaltou Lira.

O presidente da Câmara acrescentou que espera que a solução "venha da sensibilidade da Aneel e das distribuidoras, que fazem das concessões, neste momento do Brasil, um tema de muita discussão". (Agencia Brasil)

Ministério lança plano de enfrentamento à violência contra crianças

Foto/Marcelo Casal 3/7/2021

Página 4

São Paulo entrega etapa de ampliação do Novo Museu do Ipiranga

O governo estadual de São Paulo entregou na quarta-feira, (18) a nova etapa de restauração do Edifício-Monumento, que faz parte da ampliação do Novo Museu do Ipiranga, na zona Sul da capital paulista. A previsão é que o espaço seja reaberto no feriado nacional de 7 de Setembro, como principal marco do bicentenário da Independência do Brasil

Atualmente 70% das obras, que foram iniciadas em 2019 pela atual gestão, já foram concluídas. A restauração do edifício-monumento foi concluída em abril deste ano. As obras concluídas também chegam a 99% no edifício anexo de serviços e 70% no jardim francês. Após a solenidade do Sete de Setembro, o museu volta a receber visitas com 12 exposições inaugurais. Página 2

Economia de mercado e democracia fazem do Brasil país confiável

Página 3

Previsão do Tempo

Quinta: Dia de sol com algumas nuvens e névoa ao amanhecer. Noite com poucas nuvens.

16º C
7º C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,98
Venda: 5,98

Turismo
Compra: 4,79
Venda: 5,17

EURO
Compra: 5,22
Venda: 5,22

Esporte

Kartismo: terceira etapa da Grakar teve vencedores inéditos no KGV

O campeonato do Grupo de Amigos do Kart (Grakar) tem mantido a sua principal característica de equilíbrio, com média de 90 pilotos por etapa, e sempre com vencedores inéditos. Na terceira rodada, realizada no último fim de semana no Kartódromo Granja Viana, em Cotia (SP), os novos vitoriosos foram Marcelo Mesquita, Guto Oliveira, Raphael Rocha e Herbet Barbosa.

A Grakar não possui categorias. Os pilotos são divididos pela média da pontuação nas provas anteriores e as baterias intercalaram pilotos com maior pontuação. A partir da 6ª etapa, quando o campeonato começa a entrar em sua fase de definição todos pilotos serão divididos nas categorias Elite e Graduados.

Nesta etapa foram arrecadados donativos como água sanitária, desinfetante, lâmina de barbear, Lysoform e papel higiênico para a Casa de Velhinhos Ondina Lobo.

Confira o resultado da Bateria A: 1) Marcelo Mesquita; 2) Luiza Mesquita; 3) André Reis; 4) Jéssica Munic; 5) Marco Verga; 6) Paul Robson.

Confira o resultado da Bateria B: 1) Guto Oliveira; 2) Carlos Silva; 3) Rodrigo Borges; 4) Hudson Oliveira; 5) Fernando Coelho; 6) Luiz Gouvêa.

Confira o resultado da Bateria C: 1) Raphael Rocha; 2) Wlamir Diniz; 3) Ricardo César; 4) Daniel Ramos; 5) Alexandre Fazano; 6) Igor Mei.

Foto/ Rafael Gaspar

As *disputas no campeonato da Grakar são sempre equilibradas*

Confira o resultado da Bateria D: 1) Herbert Barbosa; 2) Fábio Silva; 3) Felipe Gonzales; 4) Higor Hotz; 5) Erich Burkner; 6) Rodrigo Zimmerman.

A terceira etapa da Grakar será no dia 11 de junho, novamente no Kartódromo Granja Viana.

A Grakar conta com o apoio de Cervejaria Paulistânia, Erdinger, Construtora Verga Antonio Ltda, SM Competition, HarderThan, Montevérgine, DKR Luvas, Maçaranduba Motors, Kart Amador SP, Liv Confeitaria, RG Soluções Digitais, Bela Art Comunicação Visual, Sky Pizzas, Rapadora WMA.

Circuito Mundial

Challenge da Turquia define duplas que representarão o Brasil no Mundial de Roma

Cabeça na Turquia, mas de olho na Itália. A etapa Challenge de Kusadasi do Circuito Mundial começa nesta quinta-feira (19), com Elize Maia/Thâmela, Tainá/Vic Lopes e Evandro/Álvaro Filho representando o Brasil no torneio principal a partir de sexta (20). Mas além do título, o que estará em jogo nas areias turcas é a definição das últimas duplas classificadas para o Campeonato Mundial de Roma, principal competição de vôlei de praia da temporada.

O ranking de entradas da Federação Internacional de segunda-feira, dia 23, define os participantes do Mundial de Roma, que acontece de 10 a 19 de junho. Estarão classificadas as 25 primeiras duplas de cada ranking, com o limite de até quatro parcerias por país, além de 20 equipes pelas cotas continentais e três convidados. No feminino, o Brasil já garantiu Duda/Ana Patricia, Bárbara Seixas/Carol Solberg e Rebecca/Talita. No masculino, André Stein/George, Renato/Vitor Felipe e Alison/Guto. Taiana/Hegê e Elize Maia/Thâmela; Bruno Schmidt/Saymon e Evandro/Álvaro Filho travam uma disputa verde-amarela pelas duas vagas restantes.

Para superar Taiana/Hegê no ranking, Elize Maia e Thâmela têm que terminar a disputa na Turquia no mínimo em quinto lugar. Evandro/Álvaro Filho precisam pelo menos de uma terceira colocação, caso contrário a vaga fica com Bruno Schmidt/Saymon.

"Estamos seguindo nosso planejamento para o Mundial, e estamos felizes de ir a essa etapa da Turquia. Como em todas as etapas que disputamos, o objetivo sempre é fazer nosso melhor. O resultado será consequência", afirmou Elize Maia, que ao lado da parceira conquistou o bronze no Challenge de Tlaxcala (MEX) da temporada.

Este ano, o Circuito Mundial adotou novo formato, dividido em etapas Elite 16, Challenge e Future. As disputas Elite reúnem os 12 primeiros colocados do ranking e quatro duplas vindas do qualifying com 16 equipes. Importantes para somar pontos no ranking e entrar na briga por um lugar no Elite, os Challenges – como o de Kusadasi - têm 24 duplas no torneio principal, oito vindas do qualifying com 32 duplas. O Future, voltado para o desenvolvimento do esporte e dos atletas, terá 16 equipes na chave principal e 16 no qualifying.

Além do bronze de Elize e Thâmela, o Brasil soma mais cinco medalhas nesta temporada do Circuito Mundial: bronze para Talita/Rebecca na etapa Elite de Rosarito (MEX); dois ouros para Bárbara Seixas/Carol Solberg, nos Challenge de Tlaxcala (MEX) e Doha (CAT); e ouro para George/André Stein e bronze para Andressa/Vitória no Challenge de Itapema (SC). O Banco do Brasil é o patrocinador oficial do vôlei brasileiro.

São Paulo entrega etapa de ampliação do Novo Museu do Ipiranga

O governo estadual de São Paulo entregou na quarta-feira, (18) a nova etapa de restauração do Edifício-Monumento, que faz parte da ampliação do Novo Museu do Ipiranga, na zona Sul da capital paulista. A previsão é que o espaço seja reaberto no feriado nacional de 7 de Setembro, como principal marco do bicentenário da Independência do Brasil

Atualmente 70% das obras, que foram iniciadas em 2019 pela atual gestão, já foram concluídas. A restauração do edifício-monumento foi concluída em abril deste ano. As obras concluídas também chegam a 99% no edifício anexo de serviços e 70% no jardim francês. Após a solenidade do Sete de Setembro, o museu volta a receber visitas com 12 exposições inaugurais.

"Estamos ampliando, atualizando e modernizando este museu que, sem dúvida nenhuma, será um dos mais visitados do Brasil a partir de setembro. A reforma do Museu do Ipiranga foi uma iniciativa não só do governo do Estado, mas da sociedade e da iniciativa privada que entenderam a importância da reabertura, principalmente para celebrarmos o bicentenário da Independência", disse o governador Rodrigo Garcia.

O valor total do restauro e ampliação do Edifício-Monumento chegou a R$ 211 milhões e compreende o patrocínio direto de 29 patrocinadores, repasses do governo de São Paulo e aportes da União, por meio da Lei Rouanet. A obra principal foi 100% concluída pelo governo do Estado, por meio da Universidade de São Paulo e da Fundação USP.

Depois da reforma concluída, o museu terá duas amplas entradas, bilheteria, um auditório para 200 pessoas, espaço educativo, café, loja e sala de exposição temporária. Com isso a área total construída terá o dobro do que tinha anteriormente e oferecerá total acessibilidade por elevadores e escadas rolantes e um novo sistema de ar-condicionado.

O jardim francês em frente ao edifício está sendo totalmente transformado com novo paisagismo, restaurante, infraestrutura para food bikes, modernização da iluminação pública e vias de acesso, equipamentos de acessibilidade e reativação da fonte central.

De acordo com o governo estadual, o Museu do Ipiranga é um patrimônio histórico tombado nas três esferas de governo. Construído entre 1885 e 1890, está situado dentro do complexo do Parque Independência, na zona sul da capital. Concebido originalmente como um monumento à Independência, foi declarado sede do Museu do Estado em 1895 e, desde 1963, é administrado pela Universidade de São Paulo.

O governador lançou ainda, durante a visita, o programa Brasil 200 - São Paulo Celebra o Bicentenário da Independência, sendo seu destaque a Agenda Bonifácio, plataforma online que concentrará atividades culturais do poder público e da sociedade civil relacionadas ao tema.

A programação cultural do Novo Museu do Ipiranga contará com mais de cem eventos. (Agência Brasil)

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

O cristão evangélico, vereador e corregedor Gilberto Jr. (PSC) dará ao colega Camilo (líder do Avante) o tratamento isento e justo que deu ao Faria de Sá. O ex-deputado foi amigo pessoal do 1º prefeito preto (Pitta) e Camilo é amigo de dezenas

.

PREFEITURA (São Paulo)

No seu 1º dia do seu 2º ano de mandato, Ricardo Nunes (MDB) segue realizando o possível - inclusive em relação ao frio intenso - previsto nas 75 metas - herdadas do falecido Bruno Covas (2021 até 2024). Apesar de católico, ele não faz milagre

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Quem assumiu seu 7º mandato foi o deputado Aldo Demarchi (União), que mais uma vez vai comandar o Dia da Maçonaria (20 agosto) no maior e mais importante parlamento do Brasil. Demarchi é Rio Claro, aonde foi vereador e prefeito

.

GOVERNO (São Paulo)

Rodrigo Garcia (PSDB) segue em pré-campanha, mas não toca no assunto de que o ex-deputado Edson Aparecido (ex-tucano no MDB) - a quem derrotou na disputa pela presidência da ALESP) esteja garantido como seu vice na chapa 2022

.

CONGRESSO (Brasil)

Agora candidato ao Senado - pelo PSC paulista - da preferência do Bolsonaro, o comunicador (tv) Datena voltou a bater forte na gestão do prefeito paulistano Ricardo Nunes (MDB) que anteontem completou o 1º ano

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Bolsonaro (PL) parece que vai manter os discursos sobre a Justiça Eleitoral não tem como demonstrar que sistemas e urnas são 100% seguros, mas também afirmar que as Forças Armadas têm como demonstrar as inseguranças

.

PARTIDOS

PT : o ainda dono da legenda e ex-presidente Lula casou-se - pela 3ª vez - ontem com a socióloga Rosângela Silva, cujo apelido é 'Janja'. Alguns casais que tavam 'se achando' não foram convidados pra festança em São Paulo

.

(Brasil)

... PSDB : um tucano bem cínico diz que o ex-governador paulista deve abrir mão da candidatura presidencial, apesar de ter vencido as prévias e que pode ser candidato a deputado federal, cargo do seu pai quando até ser cassado em 1964

.

JUSTIÇAS (Brasil)

Supremo : Além do Toffoli ter rejeitado a notícia (crime) do cidadão Bolsonaro, por abusos de autoridade da parte do colega Alexandre, os demais colegas tendem a conceder as 'graças' que amanhã ou depois podem precisar receber

.

ANO 30

Cesar Neto é jornalista e colunista de política na imprensa (SP - Brasil) **cesarneto.com** tornou-se referência das liberdades possíveis. Recebeu Medalha Anchieta na Câmara paulistana e Colar de Honra ao Mérito na Assembleia paulista

.

Email cesar@cesarneto.com - Twitter @cesarnetoreal

cesar@cesarneto.com

Prefeitura anuncia mais seis unidades do serviço de proteção a crianças vítimas de violência

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, anunciou na quarta-feira (18), durante a abertura do seminário "18 de Maio: Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes" que a cidade terá mais seis unidades do Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência (SPVV). "Ainda hoje, assino a autorização para implantação de mais seis serviços a partir deste ano. Conforme o nosso Plano de Metas é ter um SPVV em cada subprefeitura e vamos atingir", garantiu Ricardo Nunes.

Nesse Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (Smads) realiza o seminário "Seja a Voz – Contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes". O objetivo do evento é discutir o problema na cidade de São Paulo e mobilizar a sociedade para o engajamento na conquista dos direitos de meninas e meninos e na luta pelo fim da violência sexual. "É uma situação muito séria e importante discutir esse tema para que, juntos, conseguirmos um quadro melhor e para que não aconteça mais essa situação" declarou Nunes.

A capital São Paulo possui 28 unidades que realizam o SPVV, mas o trabalho não é apenas após a ocorrência. "A ação mais importante dessas unidades é o diálogo de política pública com todos os setores para a conscientização das pessoas para evitar a violência", disse o prefeito.

Conforme números divulgados por Ricardo Nunes, foram notificadas 9.590 situações de violência entre 2019 e 2021. Desses casos, 50% das vítimas são menores de 10 anos e 84,2% são do sexo feminino, 65%, os autores são conhecidos das vítimas e 42,9% são os próprios pais ou padrastos. "As denúncias no nosso 156 cresceram de 183 em 2020 para 231, no ano passado", completou o prefeito.

Para o secretário municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Carlos Bezerra, o Seminário tem foco na informação, educação e ampliação de políticas públicas, "O simples fato de reunirmos hoje é uma ação política em defesa de nossas crianças e traz em pauta as dificuldades que o tema importantíssimo tem. O disque 100 recebe 37 denúncias diárias sobre violência e abuso sexual e vem crescendo o número de queixas, mas mesmo assim, a cada caso denunciado, 20 não são informados. Precisamos de ampliação da rede de serviços e de mais políticas públicas no país", esclareceu Bezerra.

Segundo a diretora-presidente do Instituto Liberta, Luciana Temer, o trabalho das entidades e instituições no combate à violência e abuso sexual das crianças é muito importante. "Tem muitas instituições grandes e outras menores que fazem a diferença no território. Mesmo sendo uma área pequena, ajuda a fazer diferença no mundo, pois todos têm um importante papel no enfrentamento desse crime", disse.

Já o diretor do Instituto Alana, Pedro Hartung, alerta para a urgência de se olhar o tema de forma intersecretarial. "Não é apenas um princípio e uma decisão exclusivamente política, mas sim constitucional. É um dever nosso discutir as formas para enfrentar esse tema tão urgente", frisou Hartung.

Na Prefeitura de São Paulo, há órgãos que fazem o trabalho de combate à violência sexual de crianças são:

Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes (CMESCA) - Atua como órgão de caráter consultivo e propositivo que possui, como uma de suas atribuições, participar de mobilizações e articulações junto aos setores do governo e da sociedade acerca da problemática da violência e exploração sexual de crianças e adolescentes, bem como interagir com os diversos programas setoriais dos órgãos ou entidades executores de políticas públicas que tratem das questões das crianças, dos adolescentes e de suas famílias.

Serviço de Proteção à Criança e Adolescente (SPVV) - É vinculado ao Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) e oferece um conjunto de procedimentos técnicos especializados por meio do atendimento social; psicossocial na perspectiva da interdisciplinaridade e articulação intersetorial, para atendimento às crianças e aos adolescentes vítimas de violência doméstica, abuso ou exploração sexual, bem como aos seus familiares e, quando possível, ao agressor, proporcionando-lhes condições para o fortalecimento da autoestima, superação da situação de violação de direitos e reparação da violência vivida.

Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) - São a porta de entrada do município aos serviços de Assistência Social da comunidade.

A rede socioassistencial da Prefeitura oferece acolhimento a crianças e adolescentes que vivem em situação de rua ou de vulnerabilidade social nos serviços: Casa Lar, Serviço de Acolhimento Inicial (SAI), Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (Saica), Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes de zero a seis anos (Saic).

Em São Paulo, estação de metrô abriga pessoas em situação de rua

A Estação Pedro II do Metrô de São Paulo, na região central da capital paulista, está aberta para abrigar pessoas em situação de rua durante a noite até a próxima sexta-feira (20). O serviço de acolhimento tem capacidade para atender até 100 pessoas, entre as 19h e 8h. É oferecido ainda jantar, por uma unidade móvel do Bom Prato, e café da manhã, na unidade do serviço na Rua 25 de Março.

Durante a madrugada de quarta-feira, (18), a sensação térmica chegou a -4º graus Celsius, na região do Aeroporto de Congonhas, zona sul da capital paulista, apesar dos termômetros marcarem 7º C, segundo a medição do Centro de Gerenciamento de Emergências. De acordo com o órgão municipal, 7º foi a média na cidade até o início da manhã, com previsão de máxima de 14º ao longo do dia. Hoje, quinta-feira, (19), o frio deve continuar com as temperaturas variando entre mínima de 7ºC e máxima de 16ºC.

As ações da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social de São Paulo preveem ainda a distribuição de 900 cobertores e 2 mil sacos de dormir que serão distribuídos pela prefeitura da capital paulista em dez tendas espalhadas pela cidade.

A Defesa Civil estadual fará a distribuição de 500 colchões, 354 cestas básicas, mil litros de água sanitária e 200 kits de higiene pessoal. (Agência Brasil)

Sensação térmica chega a -4ºC na zona sul de São Paulo

Durante a madrugada de quarta-feira, (18) a sensação térmica chegou a 4º graus Celsius negativos na região do Aeroporto de Congonhas, zona sul da capital paulista, apesar dos termômetros marcarem 7ºC, segundo a medição do Centro de Gerenciamento de Emergências. De acordo com o órgão municipal, 7ºC foi a média na cidade até o início da manhã, mas no extremo sul da cidade, em Marsilac, as temperaturas chegaram a 6ºC com sensação térmica de 1ºC.

As temperaturas foram as mais baixas do ano. Desde 2004, a menor temperatura média registrada pelo CGE na capital paulista foi em 30 de julho de 2021, com 3,2°C. Enquanto a temperatura mais baixa na cidade foi em Parelheiros, extremo sul, na mesma data, quando os termômetros marcaram -3ºC.

A previsão do CGE é que o dia mantenha o céu limpo, com temperatura não passando de 14ºC. Os ventos podem superar a velocidade de 50 quilômetros por hora, aumentando a sensação de frio.

Hoje, (19), o frio deve continuar, com as temperaturas variando entre mínima de 7ºC e máxima de 16ºC. (Agência Brasil)

Governo de SP anuncia aumento de 23% em repasse para Apaes

O governador Rodrigo Garcia anunciou nesta quarta-feira (18) um aumento de 23,85% no repasse do Governo de São Paulo feito para as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes), que atendem alunos da Educação Especial no estado.

"Na terça-feira, à noite me reuni com a Federação das Apaes do Estado de São Paulo (Feapaes), que representa as Apaes no estado. Debatemos o apoio que o Governo de SP dá ao setor e autorizei o aumento de 24% no valor do repasse anual", disse Rodrigo Garcia.

O valor investido hoje, por meio da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SeducSP), é de R$ 128,8 milhões, assim o aumento anual representa R$ 30,7 milhões. Em 2022, serão pagas duas parcelas restantes ao ano, em junho e setembro, que somam R$ 15,3 milhões.

No total, serão beneficiados 18,4 mil estudantes, sendo de 14,6 mil alunos com deficiência intelectual (DI) e 3,8 mil alunos com transtorno do espectro autista (TEA), atendidos em 286 entidades, em 261 municípios do estado.

O valor per capita anual atualizado de DI salta de R$ 5.200,52 para R$ 6.440,67, já o TEA passa de R$ 13.767,73 para R$ 17.050,87.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Turismo nacional cresce 43,5% em março, aponta FecomercioSP

O turismo nacional faturou R$ 15,4 bilhões em março deste ano, o que representa alta de 43,5% ou R$ 4,8 bilhões, em termos monetários, na comparação ao mesmo período de 2021. Os dados são do levantamento do Conselho de Turismo da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP).

A entidade avalia que o setor se aproxima dos patamares anteriores à pandemia, ainda que os números sejam 7,1% inferiores quando comparados a março de 2019.

O crescimento neste ano foi impulsionado, principalmente, pelo setor aéreo, que faturou R$ 4,4 bilhões, ou seja, aumento de 113,5% em um ano, apontou a FecomercioSP. Já na comparação com 2019, o segmento teve faturamento 3,8% menor.

"Quatro fatores contribuíram para o crescimento do transporte aéreo no mês, dentre eles, maior contenção da variante Ômicron, demanda reprimida na pandemia, dias de carnaval no início do mês e redução quase total das restrições e do uso de máscaras. Além destes fatores, a alta do querosene de aviação influenciou o aumento no faturamento, ao fazer os preços das passagens subirem na segunda quinzena de março", disse a FecomercioSP.

Os serviços de alojamento e alimentação cresceram 57,7%, registrando faturamento de R$ 4,45 bilhões. E as atividades culturais, recreativas e esportivas cresceram 33,2%, chegando a R$ 1,25 bilhão.

A entidade avalia que os mesmos fatores que influenciaram o setor aéreo também impactaram o transporte terrestre, que faturou R$ 2,7 bilhões (alta de 11,1%), superando em 9,3% o nível registrado em março de 2019. A previsão da FecomercioSP é que o aumento das passagens aéreas deve continuar incentivando a procura por viagens via ônibus interestaduais.

As atividades de locação de meios de transporte, agência de turismo, operadoras e outros serviços tiveram alta anual de 4,5%, com faturamento de R$ 2,54 bilhões. O desempenho do grupo está 3% abaixo do nível de março de 2019.

O transporte aquaviário faturou R$ 41,4 bilhões, uma queda de 1,6% na comparação anual. Segundo a federação, a baixa está relacionada à base de comparação, já que o setor apresentou desempenho favorável durante a pandemia, superando em 25,2% o nível anterior à crise sanitária. (Agencia Brasil)

Economia de mercado e democracia fazem do Brasil país confiável

Ser uma democracia ocidental estruturada em uma economia de mercado, e estar localizado próximo aos mercados europeu e norte-americano, ajudará o Brasil a se beneficiar da busca cada vez maior de outros países por segurança energética e alimentar. Mas para garantir essa posição, é fundamental que o país se destaque também como uma potência verde que preserva recursos ambientais e avança na transição para fontes limpas de energia.

Estas foram as previsões apresentadas pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, na quarta-feira (18) durante o Congresso Mercado Global de Carbono – Descarbonização & Investimentos Verdes. O evento, do qual participam ministros, secretários, empresários e autoridades, segue até sexta-feira (20) no Museu do Meio Ambiente, localizado no Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

"O Brasil já é uma potência verde, energética e alimentar. Essa ficha caiu para o mundo", disse o ministro ao abrir seu discurso, no qual destacou a relevância deste papel na relação com outros países em um contexto de pós-pandemia de covid-19, seguido de uma guerra que alterou as cadeias produtivas globais.

Segundo ele, a pandemia fez o mundo mergulhar em uma economia digital. Já a guerra entre Rússia e Ucrânia resultou em "um problema muito mais urgente para os europeus: está faltando tanto a energia que era fornecida pela Rússia, como os grãos que eram fornecidos pela Ucrânia", disse o ministro.

Proximidade e confiança

Guedes acrescentou que esse contexto mostrou ao mundo a relevância de dois "conceitos-chave" reforçados pelos EUA e pela Europa: o nearshore, que é a busca por negócios com países geograficamente próximos, de forma a facilitar a logística; e o friendshore, conceito relacionado a países mais confiáveis.

"Qual é a única plataforma de amigos que estão perto? É a do Brasil. Essa ficha caiu para os outros países", disse Guedes. "Estamos perto, do ponto de vista de logística, e ao mesmo tempo somos confiáveis porque somos uma democracia com economia de mercado", acrescentou.

Ainda segundo o ministro, um outro fator que é buscado pelas outras economias é o relativo à questão ambiental. Para ele, é fundamental que o país avance na transição para uma economia mais sustentável do ponto de vista ecológico.

Nesse sentido, Guedes destacou que a imagem do país tem mudado. A percepção do ministro tem, como base, conversas mantidas com autoridades estrangeiras. "Éramos visto como problema [do ponto de vista] climático para o mundo, percebidos como poluidores. Isso mudou", disse.

Nessas conversas, Guedes tem reiterado a intenção brasileira de "taxar poluição, aplicando impostos para quem polui; de estimular inovações que usem tecnologias de despoluição; e de premiações, via remunerações àqueles que preservam recursos ambientais".

Crédito de carbono

A preocupação com a questão da sustentabilidade está cada vez mais presente também nos grandes grupos econômicos e financeiros do exterior, conforme disse o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, que também participou do Congresso Mercado Global de Carbono. Segundo ele, o Brasil tem muito a se beneficiar do mercado de crédito de carbono.

Na avaliação de Campos Neto, "sustentabilidade, hoje, é igual à produtividade", disse pouco antes de classificar como "engenhoso" o mercado de crédito de carbono, por possibilitar, a cada país, internalizar os benefícios da redução de suas próprias emissões de carbono.

"Escuto muitos falarem de imposto de carbono. Em alguns casos, acredito ser justificável achar que um governo que cobra imposto e faz alocação lógica faz um bem", disse. "Em 2008 [durante a crise financeira internacional], esse mercado se retraiu na Europa. Mas hoje vemos uma situação completamente diferente, após termos tido diversos impactos climáticos".

Energia e agricultura limpas

O presidente do BC acrescentou que o Brasil tem se destacado por seu potencial de energia e agricultura limpas e, agora, pelos investimentos sustentáveis. "Este é um tema de fluxo de investimentos", resumiu após lembrar que a nova divisão geopolítica decorrente da guerra na Europa representa também uma oportunidade para o Brasil, "na qual se procura países produtores de insumos, para se atingir o equilíbrio"

Nesse processo visando o desenvolvimento do mercado de carbono, Campos Neto destacou a necessidade de se criar fundos de investimentos focados em políticas de governança para a questão ambiental. (Agencia Brasil)

Tribunal de Contas da União aprova privatização da Eletrobras

O plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou na quarta-feira (18), por 7 votos a 1, o modelo de privatização da Eletrobras, estatal considerada a maior empresa energética da América Latina. Esta era a última etapa pendente para que o governo pudesse executar o processo de desestatização da companhia, o que pode ocorrer ainda em 2022.

Votaram a favor os ministros Aroldo Cedraz (relator), Benjamin Zymler, Bruno Dantas, Augusto Nardes, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Walton Alencar Rodrigues. O ministro Vital do Rêgo, que era o revisor do processo, votou contra.

Aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República em meados do ano passado, a privatização da Eletrobras aguardava uma análise do TCU para ser concluída. A Corte de contas já havia aprovado, em fevereiro deste ano, a modelagem financeira da desestatização e, agora, validou a forma como a empresa será repassada para controle acionário privado, nos moldes propostos pelo governo federal, por meio da venda de papeis.

Desestatização

O processo de privatização prevê uma capitalização da companhia. Isso significa que, a princípio, o governo não irá vender a sua participação atual. Serão emitidas ações para entrada de novos investidores, diluindo assim o capital da empresa até que a fatia da União seja de, no máximo, 45%. Apenas se essa oferta primária não der o resultado esperado é que haverá nova oferta incluindo a venda de ações da própria União.

A modelagem também prevê a segregação de Itaipu Binacional e da Eletronuclear. As ações que a Eletrobras possui nessas empresas serão repassadas à Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBpar), nova estatal criada em setembro do ano passado. Dessa forma, a União manterá controle sobre elas.

A Eletrobras registra lucros líquidos anuais desde 2018 – em 2022, a empresa anunciou lucro líquido de R$ 2,7 bilhões no primeiro trimestre.

Em março de 2021, o governo federal informou a inclusão da Eletrobras no Programa Nacional de Desestatização, alegando que a medida possibilitará à empresa melhorar sua capacidade de investimento e contribuir para o desenvolvimento do setor energético brasileiro. A Eletrobras detém um terço da capacidade geradora de energia elétrica instalada no país. A companhia também possui quase a metade do total de linhas de transmissão.

Próximos passos

Após a validação da desestatização da Eletrobras pelo TCU, o próximo passo é fazer o registro da operação na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), autarquia federal responsável por fiscalizar o mercado de valores e na Securities and Exchange Commission (SEC), que seria o equivalente à CVM nos Estados Unidos. Isso ocorre porque a Eletrobras possui ações negociadas na bolsa de valores do país norte-americano.

Em seguida, começa uma etapa de apresentações da Eletrobras para potenciais investidores, chamada road show e, por fim, o leilão da companhia é realizado na Bolsa de Valores brasileira (B3), ainda sem data prevista. (Agencia Brasil)

Ford anuncia venda da fábrica de Santo André

A Ford anunciou na quarta-feira (18) que assinou contrato de venda da fábrica de Santo André (SP) para a São José Desenvolvimento Imobiliário. A concretização do negócio, no entanto, ainda depende da aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

De acordo com a montadora, todo o processo de venda deverá ser concluído no prazo de 60 a 90 dias.

A Ford anunciou no início de 2021 o encerramento das suas atividades no Brasil, após mais de 100 anos montando veículos no país.

Em nota à época do anúncio, a empresa citou, entre outros fatores, os impactos provocados pela pandemia do novo coronavírus (covid-19) que "amplia a persistente capacidade ociosa da indústria e a redução das vendas, resultando em anos de perdas significativas".

Em fevereiro de 2021, a Fundação Procon de São Paulo e a Ford fecharam um acordo em que a empresa se comprometeu a manter a assistência ao consumidor no país, com operações de vendas, serviços, assistência técnica, peças de reposição e garantia. (Agencia Brasil)

Petrobras lança edital de R$ 20 milhões para startups

Estão abertas até o próximo dia 29 de junho as inscrições para o 4º edital do Módulo Startups, do Programa Petrobras Conexões para Inovação, lançado pela empresa. A divulgação das empresas selecionadas na primeira etapa do processo está prevista para julho. Startups são empresas emergentes de base tecnológica.

O edital tem valor total de R$ 20 milhões e envolve 30 desafios distribuídos em sete áreas tecnológicas: robótica, redução de carbono, tecnologias digitais, armazenamento e geração de energia, corrosão, modelagem geológica e tecnologias de inspeção.

O investimento a ser feito nos projetos depende do nível de complexidade dos desafios. No final da seleção, as empresas vencedoras podem receber valores até R$ 500 mil, para os desafios soft techs, ou até R$ 1,5 milhão para os deep techs.

As soft techs são startups que desenvolvem tecnologias baseadas em software (programa de computador), eventualmente integradas a plataformas de hardware (equipamento) já maduras. Já as deep techs desenvolvem tecnologia intensiva em pesquisa avançada, com longo tempo de maturação, incluindo as baseadas em hardware, software de alto desempenho e novos materiais.

O diretor de Tecnologia Digital e Inovação da Petrobras, Juliano Dantas, destacou que a companhia é uma das principais investidoras em inovação aberta do país, contabilizando cerca de R$ 36 milhões em investimento ao longo de três anos apenas no Módulo Startups do programa Petrobras Conexões para Inovação.

"Ele contribui para o desenvolvimento de tecnologias e serviços inovadores, acelerando a incorporação de inovações na empresa". Nas edições anteriores do Módulo Startups, foram selecionadas 37 empresas para desenvolvimento de soluções, o que acelerou a incorporação de inovações na companhia, ao mesmo tempo que abriu portas para as 'startups' em uma indústria cada vez mais intensiva em Inovação, lembrou Dantas.

Parceria

As empresas selecionadas contam com o apoio do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), parceiro da Petrobras nesse módulo do programa, além da expertise do corpo técnico da companhia para atividades como adequação das propostas selecionadas na primeira etapa e preparação para o pitch day ou apresentação do projeto para a banca final de jurados. Os vencedores da etapa final recebem investimento financeiro, mentoria para os projetos e modelo de negócios. Têm, também, a oportunidade de se tornarem fornecedores da Petrobras, com potencial de escala na indústria nacional e internacional.

O diretor técnico do Sebrae Nacional, Bruno Quick, ressaltou que o objetivo é viabilizar que os pequenos negócios sejam protagonistas na cadeia de petróleo e gás, desenvolvendo tecnologia de ponta e inovação. Segundo Quick, durante a participação no programa, o Sebrae oferece todo o apoio necessário às startups, desde a orientação para a execução físico-financeira dos projetos, em conformidade aos requisitos exigidos, quanto as ações de suporte para o aumento da competitividade e a elaboração de modelos de negócios,

Sucesso

Um dos exemplos de sucesso é a startup CTR3SM, selecionada no edital 2020, que conclui neste mês o projeto Harpia, plataforma robótica composta por uma aeronave remotamente pilotada, dotada de sensores e câmeras, e um software (programa de computador) que une inteligência artificial e visão computacional. A tecnologia pode detectar com precisão o tipo, o grau de corrosão e a necessidade de reparo de uma superfície. O equipamento é semelhante a um drone e será usado para inspeção de áreas industriais extensas e de difícil acesso.

Além da redução de custos e de horas trabalhadas, o recurso evita a exposição de pessoas ao risco. Por conseguir captar imagens inacessíveis aos olhos humanos, tal como ocorre com as aves de rapina, a plataforma foi batizada de Harpia.

Um dos quatro sócios da empresa, André Carvalhais, relatou que buscava financiamento depois que uma proposta de trabalho não vingou, em função da pandemia da covid-19, quando soube do edital da Petrobras. "A gente tinha ideia para inspeção de ativos do setor elétrico e vimos que havia oportunidade ali. Já participamos de outros editais, mas o processo da Petrobras é dos mais transparentes: há um edital público, os critérios são muito bem definidos. A Petrobras tem a maturidade da execução financeira. Você entra sabendo o que vai poder gastar. O nível de exigência é alto, mas você tem todas as condições para execução", disse Carvalhais.

Programa

Desde seu lançamento, em 2019, o Programa Petrobras Conexões para Inovação cresceu e já abriga seis diferentes módulos: Startups, Parcerias Tecnológicas, Transferência de Tecnologias, Aquisição de Soluções, Ignição e Encomendas Tecnológicas. Em breve, serão incorporadas duas novas iniciativas. A Petrobras tem, atualmente, uma carteira de mais de R$ 3 bilhões contratada, com mais de 150 parceiros tecnológicos, nas diversas modalidades de contratação e acordos de cooperação.

O Módulo Startups do programa surgiu do interesse da Petrobras em estreitar o relacionamento com o ecossistema de inovação, especificamente com 'startups' e pequenas empresas de base tecnológica.

O investimento objetiva atender demandas internas mapeadas pela companhia e o desenvolvimento ágil de soluções com possibilidade de implantação na indústria de óleo e gás. De acordo com a companhia, os resultados já são visíveis. Por meio do programa, a empresa aporta recursos nas melhores 'startups' que se interessem em cooperar para resolvê-los, o que, de um lado, incentiva a pesquisa e inovação e, de outro, gera demanda. (Agencia Brasil)

Ministério da Saúde amplia tratamento contra câncer no SUS

O Ministério da Saúde anunciou na quarta-feira (18) a ampliação dos procedimentos oncológicos destinados ao tratamento do câncer. Passam a ser ofertados por 11 hospitais habilitados a peritonectomia e a quimioperfusão intraperitoneal hipertérmica. As portarias que preveem a oferta dos dois procedimentos foram assinadas hoje pelo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga.

De acordo com o ministério, as novas incorporações ampliam as opções de procedimentos para o tratamento oncológico de dois tipos de câncer: mesotelioma peritoneal maligno (MPM), que atinge a região abdominal, e pseudomixoma peritoneal (PMP), tumor que se manifesta na cavidade peritoneal.

Foram também preparados protocolos específicos para orientação aos profissionais da saúde sobre as doenças e o uso dos novos procedimentos. Os protocolos são publicados conjuntamente pelas secretarias de Atenção Especializada à Saúde e de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos, informa, em nota, o ministério.

A expectativa das autoridades é de que, a cada ano, 200 procedimentos para a cirurgia de citorredução com hipertermoquimioterapia sejam feitos no Sistema Único de Saúde (SUS). A inclusão dos novos procedimentos deve resultar em impacto de R$ 6,7 milhões no orçamento federal.

"Com a finalidade de acelerar o início da oferta tabelada desses procedimentos no âmbito do SUS, o Ministério da Saúde analisou os dados dos hospitais habilitados na alta complexidade em oncologia, relativos a cirurgias de câncer e cirurgias do aparelho digestivo, para avaliar quais estão capacitados para a realização imediata dos novos procedimentos incorporados", diz ainda a nota.

Ainda segundo a pasta, os gestores locais do SUS poderão solicitar a habilitação de novos hospitais, desde que de acordo com os critérios estabelecidos na portaria a ser publicada. (Agencia Brasil)

Câmara aprova medida que prevê perdão de até 99% de dívidas do Fies

Foi aprovada na noite de terça-feira (17) a medida provisória (MP) 1.090 de 2021, que permite a renegociação de débitos para estudantes beneficiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

O benefício vale para pessoas que tenham adquirido financiamento até o segundo semestre de 2017 e não conseguiram completar os pagamentos. De acordo com o texto, o desconto pode chegar a 77% do valor total negociado, mas para estudantes que fazem parte do Cadastro Único de programas sociais (CadÚnico), o abatimento pode ser de até 99% do valor devido.

A renegociação de dívidas do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) pode atender pouco mais de 1 milhão de estudantes, que representam contratos no valor de R$ 35 bilhões. Os números são do Ministério da Educação (MEC) e levam em conta o total de 2,6 milhões de contratos ativos do Fies, abertos até 2017, com saldo devedor de R$ 82,6 bilhões. Desse total, 48,8% (1,07 milhão) estão inadimplentes há mais de 360 dias. O texto que facilita o pagamento dos atrasados foi editado no último dia de 2021 e ainda precisa de um decreto regulamentador. (Agencia Brasil)

Governo levará comitiva de empresários a leste europeu e países árabes

Uma missão coordenada pela Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) visitará 11 países árabes e do leste europeu ao longo das próximas semanas.

A comitiva, formada por 60 integrantes, incluí representantes comerciais dos setores de engenharia, indústria química, materiais de defesa, matérias-primas para fertilizantes e tecnologia. Também fazem parte do grupo técnicos de três ministérios (Economia, Defesa e Relações Exteriores), além de representantes da SAE/PR, Apex-Brasil, Câmara dos Deputados e Embratur.

Segundo o governo, a missão começa hoje e visitará, até 7 de junho, os seguintes países: Arábia Saudita, Bahrein, Egito, Emirados Árabes Unidos, Hungria, Iraque, Kuwait, Marrocos, Omã, Qatar e República Tcheca.

No roteiro, estão previstos encontros com representantes governamentais, confederações, empresários dos setores selecionados e autoridades das áreas de finanças e investimentos. (Agencia Brasil)

Presidente entra com ação na PGR contra ministro do Supremo

O presidente Jair Bolsonaro entrou na quarta-feira (18) com uma ação na Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. Na ação, o presidente é representado pelo advogado paranaense Eduardo Reis Magalhães.

O pedido é semelhante à queixa-crime por abuso de autoridade protocolada na terça-feira (17) no STF contra Moraes e rejeitada mais cedo pelo ministro Dias Toffoli, que negou prosseguimento à ação.

A petição inicial alegava que o ministro Alexandre de Moraes teria cometido ao menos cinco crimes previstos na Lei de Abuso de Autoridade (Lei 13.869/2019), entre eles o prolongamento injustificado do chamado Inquérito das Fake News, do qual o ministro é relator e no qual Bolsonaro figura como investigado.

Ao analisar a ação, Toffoli, relator da ação, negou seguimento ao pedido de investigação. Na decisão, o ministro escreveu que "os fatos narrados na inicial evidentemente não constituem crime e que não há justa causa para o prosseguimento do feito". (Agencia Brasil)

BRASILIANA

MAURICIO PICAZO GALHARDO

Então olhei para o campo e vi o Brasil ...
- Quero saber apresenta:

" ... o chefe da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) pediu no dia 13, sexta-feira, aos países do G7 que ajudem a antecipar a escassez de alimentos no futuro, à medida que a guerra na Ucrânia reduz os suprimentos, empurra os preços para níveis recordes e ameaça nações já vulneráveis em toda a África e Ásia ..."

*** Hoje cerca de 193 milhões de pessoas passam fome no mundo?**

*** O que nós podemos fazer para reverter isso?**

* Comida boa e barata é o que todos nós igualmente precisamos?

Foto: FAO / Thomas Kienzle

O *diretor-geral da FAO, QU Dongyu (à direita), encontra-se com o ministro da Agricultura alemão, Cem Özdemir, antes da reunião dos ministros da Agricultura do G7 em Stuttgart*

A reunião do G7 que aconteceu na Alemanha terminou no sábado dia 14. É muito importante que os organismos internacionais se reúnam e tratem de assuntos importantes pois estamos saindo da pandemia do Sars-Cov-2 e uma guerra insana que não tem lógica nenhuma à não ser o egoísmo do homem que não renuncia ao seu proprio ego e não é humilde. A escassez de alimentos, os preços caros, a necessídade do aumento sustentável da produtividade, os 193 milhões de humanos em situação de insegurança alimentar, o aumento dos peços do trigo, milho, oleaginosas e fertilizantes, a demanda mundial robusta, o alto custos dos insumos resultados da pandemia Sars-Cov-2, a oferta apertada do trigo, mesmo com o aumento da oferta da Índia e UE. Também a transparência do mercado foram tema trazidos pela FAO ao grupo do G7.

- Por hoje é isto. Boa semana, com paz, saúde, sossego, tranquilidade e harmonia. Até a próxima palavra Brasiliana.

Ministério lança plano de enfrentamento à violência contra crianças

O Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos anunciou na quarta-feira (18) o lançamento do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes, como parte das ações para marcar o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, lembrado em 18 de maio. Segundo a pasta, serão investidos R$ 109 milhões em temáticas de exploração sexual e violência física, psicológica e institucional.

"Hoje é um dia que gostaria de celebrar o fim do todo abuso ou exploração de crianças neste país. Não podemos tratar qualquer um destes casos com naturalidade ou como se fosse mais um. Devemos, todos os dias, nos indignar com cada caso relatado por vizinhos, imprensa", disse a ministra Cristiane Britto, que participou do lançamento.

Ela ressaltou que, em 2021, o Disque 100 - central de denúncias contra os direitos humanos - recebeu mais de 18,6 mil queixas de violência sexual contra crianças e adolescentes. A data faz referência ao dia 18 de maio de 1973, quando Araceli, uma menina de oito anos, foi sequestrada e morta em Vitória, no Espírito Santo. No ano de 1991, os três acusados de matar a jovem foram absolvidos e o crime segue impune até hoje.

A violência sexual pode ocorrer de duas formas: pelo abuso sexual e pela exploração sexual. A diferença é que na exploração sexual, a criança ou o adolescente são usados para fins sexuais, com a intenção de gerar lucro. Em comum, está o fato de que na maior parte dos casos, o abusador é próximo ou faz parte da família das vítimas.

"Quando falamos do abuso, infelizmente lamentamos que cerca de 90% dos casos ocorrem em casa e o algoz é quase sempre o familiar ou alguém próximo à criança", afirmou. "Aos pais ou responsáveis por vítimas de violência sexual, que busquem apoio para toda a família. A cura não vem com o silêncio, mas com terapia, com ajuda e orientação profissional", acrescentou.

Durante a cerimônia, além do plano, foram lançadas outras ações, como o projeto de lei que institui o Programa de Proteção à Vida De Crianças e Adolescentes. A iniciativa tem a proposta de atender casos de famílias expostas à ameaça de morte.

Durante a cerimônia foi assinado Pacto Nacional pela Implementação da Lei da Escuta Protegida, que objetiva orientar agentes públicos responsáveis pela proteção das crianças, e evitar que o depoimento seja dado pela vítima mais de uma vez.

Segundo o secretário Nacional da Criança e do Adolescente, Maurício Cunha, a integração do atendimento evitará que a criança ou adolescente seja revitimizado ao longo do procedimento de apuração do crime.

"É um plano estruturante. Não são apenas ações operacionais específicas para o governo federal fazer. É um grande arcabouço, uma estrutura orientadora para que estados e municípios implementem os seus planos a partir do que é oferecido pelo plano nacional", afirmou.

A central Disque 100 ou Disque Direitos Humanos recebe denúncias de abuso e exploração contra crianças e adolescentes diariamente, por 24h, inclusive nos finais de semana e feriados.

As denúncias são anônimas e também podem ser feitas de todo o Brasil por meio de discagem direta e gratuita para o número 100, pelo WhatsApp: (61) 99656-5008, ou pelo aplicativo Direitos Humanos Brasil, onde o cidadão com deficiência encontra recursos de acessibilidade para denunciar. (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

EDITALDE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0036192-82.2019.8.26.0002 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 11ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Ricardo Hoffmann, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ESPÓLIO DE GILBERTO BERNARDINO DA SILVA, NA PESSOA DE SEU HERDEIRO DENNIS EDUARDO DOS SANTOS DA SILVA, RG 17209831, CPF 074.617.328-43, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Sociedade Civil Hospital Presidente. E estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a sua intimação por edital, para que nos termos do art. 774 do CPC, expeça-se mandado e intime-se o executado para que, em 15(quinze) dias, apresente bens sujeitos a penhora e os respectivos valores, em especial a localização do veículo Renault Scenic, Placas DMP-9755, sob pena da multa prevista no parágrafo único do respectivo Artigo. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 28 de abril de 2022. 18 e 19/05

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1001843-18.2016.8.26.0003 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Lidia Regina Rodrigues Monteiro Cabrini, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Alex da Silva Lima, RG 48.259.945-5, CPF 405.413.658-35, que Vipe's Daher Administradora de Imóveis Ltda lhe ajuizou ação de Execução de Título Extrajudicial, objetivando a quantia de R$ 114.258.92, referente ao não pagamento dos alugueis. Estando o executado em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a flur dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Será o presente, afixado e publicado. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 24 de março de 2022. 18 e 19/05

EDITALDE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1065163-03.2020.8.26.0100. A Dra. Juíza de Direito da 19ª Vara Cível da Capital - SP, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a citação, bem como intimação de PEDRO CEZARINO (CPF/MF nº 074.020.828-49) e a intimação IVONE ADRI CEZARINO (CPF/MF nº 080.101.219-68) que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de CONDOMINIO EDIFICIO LIRIA, objetivando o recebimento da quantia de R$ 13.425,70. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a flur dos 20 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) e sob pena de converter-se em penhora o ARRESTO integral do imóvel, objeto da matrícula n. 33.174, do 4º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo de fls 177/118. Decorrido o prazo supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 26/04/2022. 18 e 19/05

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0010094-80.2019.8.26.0003 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional II - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). MICHELLE FABIOLA DITTER T PUPULIM, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a VERONICA MENDES DO NASCIMENTO, RG 1.331.848, CPF 538.289.171-00, que MAURO SILIEO ENDO lhe ajuizou uma AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO cra em fase de Cumprimento de Sentença, referente ao não pagamento aluguéis e acessórios da locação. Encontrando-se a executada em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que efetue o pagamento do débito de R$ 70.238,33, devidamente corrigido, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, inclusive advertindo-os de que, em caso de descumprimento, será acrescida a multa de 10% (dez por cento) e de honorários de advogado de 10%, nos termos do artigo NCPC, art. 513 e § 2º IV). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que e executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de março de 2022. 18 e 19/05

2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível-SP. EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 1010535-35.2018.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Vivian Labruna Catapani, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Humberto Ganz, Walter Soares, Ondinar Xavier Soares, Maria Rodrigues dos Reis Fernandes, Fernando Fernandes, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Orlando Longobardi Samarra Junior ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando declaração do domínio sobre Rua João Vieira Prioste, nº 1.722, Vila Carrão, São Paulo-S.P., CEP : 03429-000, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo-SP. J - 18 e 19/05

COMARCA DE SÃO PAULO - FORO CENTRAL CÍVEL - 2ª VARA DE REGISTROS PÚBLICOS - Praça João Mendes s/nº - salas 2203 / 2205 e 2207 - Centro - CEP 01501-000, Fone: (11) 2171-6362 - São Paulo-SP - E-mail: sp2regpub@tjsp.jus.br - **EDITAL de CITAÇÃO** expedido nos autos da ação de **USUCAPIÃO**, processo nº **0062969-28.2012.8.26.0100.** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, **Dra. VIVIAN LABRUNA CATAPANI**, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) Jose Flavio Dias, Espólio de Fausto D'Amico, rep. pelo inv. Marcos Antonio Siminari e este por si, João Araujo Pinto, Julia Godinho Pinto, Adda Julieta Bossa Passos, Waldir Ribeiro Passos, Claudio Ribeiro Passos, Teresinha Leonor Navarro Passos, Edna Passos Borane e Marisa de Jesus Ribeiro Passos, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que **FRANCISCA MARCIA BRANDÃO XAVIER** e **FRANCISCO JOÃO XAVIER** ajuizaram ação de **USUCAPIÃO** visando declaração de domínio sobre imovel situado na Praça Tristão da Cunha, 60 e 62, Vila Oratório, São Paulo/SP, CEP 03189-030, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para **CITAÇÃO** dos **SUPRAMENCIONADOS** para **CONTESTAREM** no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado **REVEL**, caso em que será nomeado **CURADOR ESPECIAL**. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Nada Mais. São Paulo, 17 de maio de 2022. Eu, Frederico Yabu Tamura, Escrevente Técnico Judiciário. 19 e 20/05

Edital de Citação. Prazo 20 dias. Proc. 1065093-86.2020.8.26.0002. A Dra. Guilherme Silva e Souza, Juiz de Direito da 3ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro/SP na forma da lei, etc... Faz a GABRIEL APARECIDO MARQUES COSTA (CPF/ MF sob o n° 433.607.868-57) que Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A, lhe ajuizou uma ação de **Busca e Apreensão** relativo ao TIPO DE BEM: "veículo marca HYUNDAI, modelo HB20S CONFORT 1.6 FL, ano fab./ mod. 2017/ combustível GASOLINA, cor PRATA, chassi 9BHBG41DBJP841383, placa QNM7969, RENAVAM 001137268950". Apreendido o bem, e estando o réu, em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 05 dias, a flur após os 20 dias supra, requerer a purgação da mora depositando, sob pena de consolidar-se propriedade e a posse plena do bem no patrimônio do autor (art. 3º, §1º do decreto lei 911/69, alterado pela lei 10.931/04), podendo, ainda, no prazo de 15 dias após os 20 dias supra, contestarem o feito, sob pena de confissão e revelia. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o edital afixado e publicado nos termos da lei. São Paulo, 17/05/2022. 18 e 19/05

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº **1023405-52.2020.8.26.0100** A Dra. Juliana Forster Fullaro, MM. Juiza de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de SÃO PAULO,do Estado de São Paulo, na forma da Lei,etc.FAZ SABER ao Espólio de Christina (Wagner, na pessoa de seu inventariante, a Marco Tulio Pereira Lyrio e sim Andréa de Cordoba Conter Audi, Saulo dos Santos Junior e s/m Cristina Afonso dos Santos, Maria Zulmira dos Santos Lirelli, Ruth Nadalal dos Santos, Saulo dos Santos e s/m Zélia Nadaf dos Santos e Maria Auxiliadora Candade Oliveira, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que ANTÔNIO SERGIO MARCONDES MACHADO ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio sobre a metade do imóvel localizado na Praça Paul Harris nº 100, Jardim Novo Mundo, São Paulo-SP, equivalente a área de 79,00 m², contribuinte nº 041.198.0024-5, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a flur após o prazo de 20 dias úteis, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **(19.20)**

Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo n° 1002912-15.2021.8.26.0002. O Dr. ANDERSON CORTEZ MENDES, Juiz de Direito da 6ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro/ SP. Faz Saber a GEORGEALEXANDRE PRETYMAN (CPF/ MF nº 399.550.607-00) e de Espólio de TANIAMARCIA NOMURA, representada pelo seu inventariante VITOR RENATO NOMURA DELMANTO BARROS que SOCIEDADE MELHORAMENTOS CHACARA FLORA lhe ajuizou uma AÇÃO DE COBRANÇA, para receber a quantia de R$ 31.507,13, os réus deixaram de arcar com suas cotas mensais imóvel caracterizado como lote 2048, rua 2. Estando os réus em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para os atos e termos da ação proposta e para que no prazo de 15 dias, a flur os 20 dias supra, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, os réus serão considerados revéis, caso em que será nomeado curador especial. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 12/05/2022. 18 e 19/05

Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo n° 1004110-81.2020.8.26.0595. A Dra. Ana Lucia Fusaro, Juíza de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Caetano do Sul/ SP. Faz Saber a VANESSAROCHA SBIZZARO (RG n.° 28.846.847-3 e CPF/ MF sob o n.° 313.906.838-77) que CAMILA MIRANDA REIS CAVALCANTE e FELIPE NAGASAWA DE SOUZA lhes ajuizaram ação de Execução de Título Extrajudicial, objetivando a quantia de R$ 13.690,84. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a flur dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Será o presente, afixado e publicado. São Caetano do Sul, 06/05/2022. 18 e 19/05

22ª VARA CÍVEL DA CAPITAL-SP – FORO CENTRAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 0042462-31.2021.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 22ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Luciana Novakoski Ferreira Alves de Oliveira, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **DEISE SOARES BIO THIMOTHEO**, CPF 142.516.456-71, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença movida por **CAIXA BENEFICENTE DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO-CABESP**. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de **R$ 12.153,10 (setembro/2021)**, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do CPC). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do CPC, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que e executada, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de fevereiro de 2022.

EDITAL DE CIENCIA DE LEILAO

Pelo presente edital vimos Cientificar o(s) mutuário(s) abaixo, devido decurso prazo para purgação de débito, a realização da hasta pública do**IMÓVEL** AVENIDA SENADOR TEOTONIO VILELA , 4287 (Nº 4029), APARTAMENTO 02 , TIPO A , PREDIO 4A,TIPO C , EDIFICIO EQUADOR, BLOCO A , CONDOMINIO RESIDENCIAL NACOES UNIDAS, BAIRRO DO RIO BONITO, 32º SUBDISTRITO CAPELA DO SOCORRO, SÃO PAULO - SP, CEP: 04804-000
1º leilão 27/05/2022 as 17:30 horas
2º leilão 24/06/2022 as 17:30 horas
LocalAGENCIADACAIXA - RUACORIOLANO, 833, VILAROMANA , SAO PAULO , SP
Credor Hipotecário EMPRESAGESTORADEATIVOS - EMGEAMutuários:
ESPOLIO DE IVO FERNANDES VICTOR, CPF 762.196.748-04
2º Leilão ocorrerá se não houver licitante que ofereça lance mínimo para venda no 1º Leilão
Informações tel. (11) 93285-4559, ou RUA ARACI nº 162, COLINAS DE INHANDJARA, ITUPEVA - SP CEP: 13299-212

ARYANDRE NETO
Leiloeiro Oficial
SED:B51692

18 - 19 e 20/05/2022

BrD Holding S.A.

CNPJ/ME nº 31.507.584/0001-10

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de Reais)

	Notas	Individual 2021	Individual 2020 (Não auditado)	Consolidado 2021	Consolidado 2020 (Não auditado)
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	743	913	2.412	2.241
Contas a receber	4	-	-	585	737
Direitos creditórios	6.a	-	-	3.370	8.652
Adiantamentos para aquisição de cessões de crédito	7	-	-	1.763	3.007
Outros créditos		1	-	177	100
Outros ativos	9	-	-	3.387	2.274
Total do ativo circulante		**744**	**913**	**11.694**	**17.011**
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários	5.1	17.656	3.566	12.681	3.591
Ativos não circulantes mantidos para venda	8	-	-	3.981	4.328
Depósitos judiciais	26.1	-	-	10	10
Cauções e fianças	26.1	-	-	3	3
Investimentos	10	3.756	6.273	10	29
Imobilizado	11	-	-	796	832
Intangível	12	-	-	477	7
Total do ativo não circulante		**21.412**	**9.839**	**17.958**	**8.800**
Total do ativo		**22.156**	**10.752**	**29.652**	**25.811**

Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Notas	Individual 2021	Individual 2020 (Não auditado)	Consolidado 2021	Consolidado 2020 (Não auditado)
Passivo circulante					
Empréstimos a pagar	13	-	-	-	1.071
Debêntures a pagar	14	-	-	2.750	1.832
Fornecedores		7	-	75	973
Obrigações trabalhistas		-	-	300	63
Obrigações tributárias	15	4	-	435	804
Obrigações a pagar pela aquisição de cessões de crédito	7	-	-	51	841
Contas a pagar		185	-	261	44
Dividendos a pagar		-	907	-	907
Total do passivo circulante		**196**	**907**	**3.872**	**6.535**
Passivo não circulante					
Empréstimos a pagar	13	-	3.072	2.311	3.572
Adiantamento por venda de debêntures	5.2	-	-	81	1.885
Debêntures a pagar	14	10.136	-	12.805	8.871
Partes relacionadas	16	4.317	3.108	4.317	3.108
Provisão para perdas com investimentos	10	2.815	3.822	-	-
Débitos com participantes em sociedades em conta de participação (SCP's)	25	-	-	1.574	1.997
Total do passivo não circulante		**17.268**	**10.002**	**21.088**	**19.433**
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)					
Capital social	17.a	8.000	7.050	8.000	7.050
Prejuízos acumulados		-	(4.509)	-	(4.509)
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**8.000**	**2.541**	**8.000**	**2.541**
(-) Lucros distribuídos por antecipação	17.e	(3.308)	(2.698)	(3.308)	(2.698)
Total do patrimônio líquido ajustado (passivo a descoberto)		**4.692**	**(157)**	**4.692**	**(157)**
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**22.156**	**10.752**	**29.652**	**25.811**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE INDIVIDUAL E CONSOLIDADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de Reais)

	Individual 2021	Individual 2020 (Não auditado)	Consolidado 2021	Consolidado 2020 (Não auditado)
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	**7.150**	**(4.509)**	**7.563**	**(1.019)**
Participação de terceiros em sociedades em conta de participação (SCP's)	-	-	(413)	(3.490)
Lucro líquido/(prejuízo) dos controladores	**7.150**	**(4.509)**	**7.150**	**(4.509)**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**7.150**	**(4.509)**	**7.150**	**(4.509)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Lucros acumulados	Patrimônio líquido	Antecipação de distribuição de lucro	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Não auditado)	**7.050**	**-**	**(4.509)**	**-**	**2.541**	**(2.698)**	**(157)**
Resultado do exercício	-	-	-	7.150	7.150	-	7.150
Absorção de prejuízos	-	-	4.509	(4.509)	-	-	-
Constituição de reservas	-	950	-	(950)	-	-	-
Aumento de capital	950	(950)	-	-	-	-	-
Absorção distribuição antecipada de lucros	-	-	-	(1.691)	(1.691)	1.691	-
Antecipação de distribuição de lucros	-	-	-	-	-	(2.301)	(2.301)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**8.000**	**-**	**-**	**-**	**8.000**	**(3.308)**	**4.692**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO INDIVIDUAL E CONSOLIDADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando expressamente mencionado)

	Notas	Individual 2021	Individual 2020 (Não auditado)	Consolidado 2021	Consolidado 2020 (Não auditado)
Receita líquida	18	-	-	**10.159**	**24.249**
Custos	19	-	-	(1.950)	(11.800)
Lucro bruto		-	-	**8.209**	**12.449**
(Despesas) e Receitas operacionais					
Despesas gerais, administrativas e comerciais	20	(268)	(12)	(9.426)	(7.631)
Resultado de equivalência patrimonial	10.2	(1.070)	(2.843)	-	-
Outras receitas e (despesas) operacionais, líquidas	21	-	-	2.534	(1.257)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(1.338)**	**(2.855)**	**1.317**	**3.561**
Despesas financeiras	22.1	(1.385)	(1.656)	(2.237)	(1.982)
Receitas financeiras	22.2	9.876	2	9.963	102
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**7.153**	**(4.509)**	**9.043**	**1.681**
Imposto de renda e contribuição social	24.1	(3)	-	(1.480)	(2.700)
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		**7.150**	**(4.509)**	**7.563**	**(1.019)**
Participação de terceiros em sociedades em conta de participação (SCP's)	25	-	-	(413)	(3.490)
Lucro líquido/(prejuízo) dos controladores		**7.150**	**(4.509)**	**7.150**	**(4.509)**
Lucro líquido/(prejuízo) por ação - em Reais (R$)		**0,8938**	**(0,6396)**		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais)

	Individual 2021	Consolidado 2021
Das atividades operacionais:		
Resultado do exercício antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	7.153	9.043
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação	-	37
Custo líquido na baixa de ativo imobilizado	-	14
Resultado da equivalência patrimonial	1.070	-
Juros sobre debêntures	136	1.388
(Reversão)/Provisão para créditos de liquidação duvidosa de direitos creditórios	-	(1.258)
	8.359	**9.224**
Aumento/(Redução) nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	-	152
Direitos creditórios	-	6.540
Adiantamentos para aquisição de cessões de crédito	-	1.244
Outros créditos	(1)	(77)
Outros ativos	-	(1.113)
Títulos e valores mobiliários	(14.090)	(9.090)
Ativo não circulante mantido para venda	-	347
Fornecedores	7	(898)
Obrigações trabalhistas	-	237
Obrigações tributárias	4	(369)
Obrigações a pagar pela aquisição de cessões de crédito	-	(790)
Contas a pagar	185	217
Adiantamento de venda de debêntures	-	(1.804)
Dividendos a pagar	(907)	(907)
Caixa proveniente das/(aplicado nas) operações	**(6.443)**	**2.913**
Imposto de renda e contribuição social	(3)	(1.480)
Caixa líquido proveniente das/(aplicado nas) atividades operacionais	**(6.446)**	**1.433**
Das atividades de investimento:		
Imobilizado	-	(15)
Intangível	-	(470)
Investimentos	440	19
Caixa líquido proveniente das/(aplicado nas) atividades de investimento	**440**	**(466)**
Das atividades de financiamento:		
Empréstimos e financiamentos	(3.072)	(2.332)
Debêntures a pagar	10.000	3.464
Distribuição de lucros por antecipação	(2.301)	(2.301)
Partes relacionadas a pagar	1.209	1.209
Débitos com participantes em sociedades em conta de participação (SCP's)	-	(836)
Caixa líquido proveniente das/(aplicado nas) atividades de financiamento	**5.836**	**(796)**
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(170)**	**171**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	913	2.241
No final do exercício	743	2.412
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(170)**	**171**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **BrD Holding S.A. (anteriormente denominado BrD Holding Ltda.) ("Companhia" ou "Controladora"),** foi constituída em 14 de setembro de 2018, inicialmente como empresa Ltda. e transformada posteriormente em S.A., atua como *Holding* de instituições não-financeiras, com objetivo de participação em outras sociedades, a gestão e a administração, a compra e a venda de outras sociedades, sejam de responsabilidade limitada ou por ações.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a Companhia participava diretamente nas seguintes empresas sob as quais a gestão e o controle não são compartilhados:

	% de participação			
	Direta		Direta + indireta	
Controladas	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
BrD - Brasil Distressed Consultoria Empresarial S.A. **(a)**	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
BrD Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. **(b)**	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Go4iit Fintech Consultoria e Serviços Ltda. **(c)**	99,999%	99,999%	99,9999%	99,9999%
SCP - 30.129.913/0001-73 **(d)**	-	-	25,00%	25,00%
SCP - 36.062.015/0001-21 **(d)**	-	-	77,14%	30,00%

(a) BrD - Brasil Distressed Consultoria Empresarial S.A.

A Sociedade tem por objeto social:

i) Atua na prestação de serviços de assessoria e consultoria em operações de aquisição e recuperação de créditos, na comercialização, manutenção e recuperação de títulos e/ou contratos vencidos e não pagos (direitos creditórios de liquidação duvidosa), na aquisição de créditos de outras empresas para detenção própria e nas atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, para pessoas físicas e jurídicas, nacionais ou estrangeiras, exceto imobiliários.

(b) BrD Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

A Sociedade tem por objeto social:

i) A aquisição e securitizações de créditos exclusivamente oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de créditos imobiliários, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades de créditos, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias; a emissão e colocação, privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitando os trâmites da legislação aplicável; a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitada; e a realização de operações de *hedge* em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

(c) Go4iit Fintech Consultoria e Serviços Ltda.

A Sociedade tem por objeto social:

i) A intermediação de negócios relacionados à operação de obtenção de crédito representação em geral, por sua conta própria e ou terceiros a promoção de negócios, pesquisas e informação cadastrais, a prestação de serviços de aprovação de crédito, serviços de cobrança e atendimento a clientes, recebimento de prestação e controles operacionais e gerenciamento de carteiras em cobrança, desenvolvimento, compras, vendas e locação de sistemas de crédito e sistemas de cobrança em seu próprio nome e/ou de terceiros, o estabelecimento de acordos, convênios e contratos com estabelecimentos comerciais, industriais, instituições financeiras, entidades de classe, sindicatos e cooperativas, prestação de serviços de informação, promoções e cadastramento de clientes, telemarketing, gestão de base de dados, manuseio e envio de correspondências relacionadas as operações de crédito, prestação de serviços em treinamentos e seminários sobre atividade e serviços de crédito e cobrança, vender comprar e locar equipamentos, produtos e bens em nome próprio e de terceiros relacionados a operações de crédito, prestação de serviços de consultoria de negócios (incluindo, mas não se limitando ao desenvolvimento de projetos imobiliários a terceiros), o desenvolvimento de *software* sob encomenda, consultoria em tecnologia da informação, suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação. Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na *internet,* consultoria em gestão empresarial, treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial.

(d) Sociedades em Conta de Participação (SCP)

As Sociedades em Conta de Participação (SCPs) possuem por objeto social:

i) Comercialização, manutenção e recuperação de títulos e/ou contratos vencidos e não pagos de direitos creditórios de liquidação duvidosa;

ii) Prestação de serviços de assessoria e consultoria em operações de aquisição e recuperação de créditos;

iii) Aquisição de créditos de outras empresas para detenção própria;

iv) Administração de bens próprios;

v) Participação em outras sociedades, sejam essas simples ou empresárias, nacionais ou estrangeiras; e

vi) Realização de atividades acessórias às anteriormente mencionadas.

Impactos do COVID-19 (Coronavírus)

Desde o final de fevereiro de 2020, o mundo vem passando por um surto da doença chamada COVID-19 (Coronavírus), classificada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde - OMS.

Os principais impactos da crise COVID-19 no exercício de 2020, foi um aumento importante da inadimplência dos créditos, principalmente no primeiro semestre de 2020, e um menor apetite para o risco por parte da Companhia. Entretanto, através de uma discussão próxima com os devedores e flexibilidade em negociar novos termos e condições nos acordos existentes, os níveis de atraso voltaram aos patamares históricos. A melhora do cenário macroeconômico no período, principalmente com a ajuda emergencial implementada pelo Governo Federal, também contribuiu para a recuperação da carteira de crédito da Companhia.

A administração da Companhia continua acompanhando os possíveis impactos em suas operações e tem trabalhado com a implementação de planos de contingências para manter a continuidade das atividades operacionais em uma situação de normalidade. Adicionalmente, a administração considera que os impactos da pandemia estão adequadamente gerenciados até o momento, sem impactos financeiros significativos aos negócios da Companhia.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Autorização

As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração da Companhia em 12 de maio de 2022.

2.2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação de um adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em prazo não superior a um ano.

As práticas contábeis são consistentemente aplicadas em todas as empresas consolidadas.

Nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminadas as contas correntes, as receitas e despesas entre as sociedades consolidadas e os resultados não realizados, bem como os investimentos, sendo destacada a participação de não controladores, conforme CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas.

2.2. Apuração do resultado

A receita com serviços prestados e com a cessão de créditos é reconhecida por um valor que reflete a contraparta a que a Companhia espera ter direito em troca da transferência dos serviços para os clientes. Os demais resultados das operações (outras receitas, custos e despesas) são apurados em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

Adicionalmente, no balanço individual a receita da empresa se origina das equivalências patrimoniais e ganhos de juros em negociações de investimentos.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.4. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são apresentados pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

2.5. Direitos creditórios

Os direitos creditórios são classificados nos seguintes grupos:

a) Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios: quando a Companhia adquire e assume substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente;

b) Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios: quando a Companhia não adquire e não assume substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando a baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A metodologia utilizada para a classificação dos direitos creditórios leva em consideração o nível de exposição da Companhia à variação no fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório objeto da operação. Quando a exposição à variação no fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório objeto da operação for relevante, presume-se que a Companhia adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório. A Companhia não está substancialmente exposta à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação.

Quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais e esses valores devidos se tornam superiores aos valores estimados a serem realizados, é constituída provisão para perdas de crédito ou a efetiva baixa em montantes considerados suficientes para a cobertura da diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.7. Imobilizado

Está demonstrado pelo seu custo histórico, que contempla todos os gastos necessários incorridos na aquisição dos bens. A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas variáveis, levando-se em conta a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.8. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Administração da Companhia realiza anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.9. Investimentos

Os investimentos em entidades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, e os efeitos são reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

2.10. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

2.11. Ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são as seguintes:

a) Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa;

b) Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados.

2.12. Lucro/(prejuízo) por ação

O lucro/(prejuízo) por ação é calculado com base na quantidade de ações existentes na data de encerramento dos balanços.

2.13. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente

A Companhia e as controladas, exceto a BrD Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. optaram pelo regime de tributação do lucro presumido, onde a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social são calculadas a razão de 32% (prestação de serviços e locações) e 100% sobre as demais receitas, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição. As alíquotas regulares de PIS e Cofins, nestes casos, são de 0,65% e 3,00%, respectivamente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a então controlada BrD Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros, estava submetida ao regime de lucro real e não auferiu resultado tributável.

2.14. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

(i) Custo amortizado;

(ii) Valor justo por meio do resultado;

(iii) Valor justo por meio do resultado abrangente.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Individual 2021	Individual 2020 (Não auditado)	Consolidado 2021	Consolidado 2020 (Não auditado)
Bancos conta corrente	41	13	459	174
Aplicações financeiras	702	900	1.953	2.067
	743	**913**	**2.412**	**2.241**

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 são de liquidez imediata, remuneradas a taxas que variam entre 70% e 101% do CDI.

4. CONTAS A RECEBER

	Consolidado 2021	Consolidado 2020 (Não auditado)
Clientes nacionais	585	277
Venda de bens a receber	-	460
	585	**737**

As contas a receber são basicamente decorrentes da venda de bens recebidos em decorrência da execução de garantias e da prestação de serviços, que normalmente possuem um prazo máximo de 60 dias para o recebimento.

	2021	2020 (Não auditado)
Títulos a receber (a vencer)	585	614
Contas a receber vencidos:		
De 61 a 90 dias	-	113
De 181 a 360 dias	-	10
	-	**123**
	585	**737**

Em 31 de dezembro de 2021 a Administração não espera perdas com as suas contas a receber.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E ADIANTAMENTO DE VENDA DE DEBÊNTURES

5.1. Composição da carteira

Os títulos e valores mobiliários estão assim apresentados:

i) Em 31 de dezembro de 2021

Descrição	Individual	Consolidado
Título de capitalização - Banco Bradesco S.A.	-	25
Cotas de Fundos - Nanban Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados **(a)**	12.656	12.656
BrD Companhia Securitizadora de Créditos Financeiro - Debêntures Araucária - 2ª Série **(b)**	5.000	-
	17.656	**12.681**

ii) Em 31 de dezembro de 2020 (Não auditado)

Descrição	Individual	Consolidado
Título de capitalização - Banco Bradesco S.A.	-	25
Cotas de Fundos - Nanban Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados **(a)**	3.566	3.566
	3.566	**3.591**

(a) Refere-se a investimento direto em cotas do Fundo Nanban Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados ("Fundo"). O Fundo investe na aquisição de direitos creditórios que estejam vencidos e pendentes de pagamento, assumindo todos os riscos e benefícios sobre esses créditos. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 do Fundo foram examinadas por auditores independentes, cujo relatório de auditoria foi emitido em 08 de abril de 2022, sem modificação, contendo ênfase quanto ao valor de realização dos direitos creditórios que são registrados inicialmente ao custo de aquisição, acrescidos de juros calculados com base na taxa interna de retorno dos contratos, pelo critério "pro rata temporis", e cujos valores quando efetivamente realizados, poderão ser diferentes dos estimados em 31 de dezembro de 2021. A estratégia da Administração da Companhia, quanto à realização do Fundo, não inclui, no curto e médio prazo, o resgate de suas cotas, as quais deverão ser mantidas como investimento de longo prazo pela Companhia.

O balanço patrimonial e resultado do exercício do Fundo são abaixo apresentados:

Ativo	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa	**1**	**491**
Disponibilidades	1	2
Operações compromissadas - LTN	-	489
Cotas de fundos de investimento		
Santander RF Ref DI Titulos PJB Premium FC FI	1.476	-
Direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios	**11.204**	**3.265**
Direitos creditórios a vencer	11.877	3.265
(-) Provisão para perdas por redução no valor recuperável	(673)	-
Total do ativo	**12.681**	**3.756**
Passivo		
Valores a pagar	**25**	**190**
Taxa de administração	15	23
Taxa de gestão	10	-
Direitos creditórios a identificar	-	160
Auditoria e custódia	-	6
Taxa de fiscalização CVM	-	1
Total do passivo	**25**	**190**
Patrimônio líquido	**12.656**	**3.566**
Total do passivo e patrimônio líquido	**12.681**	**3.756**

	01.01.2021 a 31.12.2021	29.05.2020 a 31.12.2020
Composição do resultado dos períodos		
Direitos creditórios	**10.606**	**(565)**
Reconhecimento de ganhos/perdas	10.714	(565)
Outros resultados com direitos creditórios	565	-
Provisão para perdas por redução no valor recuperável	(673)	-
Operações compromissadas		
Receitas	55	4
Títulos públicos federais		
Ajuste a valor justo	(135)	-
Cotas de fundos de investimentos		
Reconhecimento de ganhos/perdas	115	-
Demais despesas	**(1.451)**	**(873)**
Despesa de cobrança	(922)	(68)
Despesas advocatícias	(193)	(93)
Taxa de gestão	(76)	(16)
Taxa de administração	(117)	(146)
Despesas tributárias	(42)	(65)
Auditoria e custódia	(29)	(6)
Taxa de fiscalização CVM	(4)	(2)
Outras despesas	(68)	(479)
Resultado dos períodos pertencentes aos detentores de cotas classificadas no patrimônio líquido	**9.190**	**(1.434)**

(b) Refere-se a 50 Debêntures de valor nominal unitário de R$ 100, totalizando R$ 5.000, que foram subscritas em 20 de novembro de 2018, as quais são provenientes da 1ª emissão de 200 debêntures simples e privadas no valor total de R$ 20.000, não conversíveis em ações, as quais foram emitidas em duas séries, da espécie subordinada, para a colocação privada pela sua controlada BrD Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros. As debêntures subscritas pela sua controlada representam a 2ª série, as quais serão recebidas após o integral adimplemento das obrigações relativas às debêntures da 1ª série, em que a Companhia não participa.

Os recursos com a emissão das Debêntures foram utilizados para a aquisição de créditos financeiros. As debêntures provenientes da 1ª série serão remuneradas a 18% a.a. com vencimento em 31 de dezembro de 2023. As Debêntures da 2ª série, as quais a Companhia possui a titularidade desde 15 de dezembro de 2021 a título de cessão de sua controlada BrD - Brasil Distressed Consultoria Empresarial S.A. para a quitação das obrigações existentes, conforme instrumento particular de dação em pagamento assinado naquela data, a Companhia fará jus a participar de 95% (noventa e cinco por cento) dos resultados financeiros positivos, se houver, da emissora com a recuperação dos créditos financeiros (remuneração da 2ª série), em conjunto com a remuneração da 1ª série. O pagamento das debêntures da 2ª série está subordinado ao pagamento integral das debêntures da 1ª série, incluídos quaisquer acessórios. O vencimento das debêntures da 2ª série ocorrerá em 31 de dezembro de 2025.

5.2. Adiantamento de venda de debêntures

No decorrer do ano de 2021 a sua controlada BrD - Brasil Distressed Consultoria Empresarial S.A. quitou o montante de R$ 1.804 a título de pagamento provenientes da 2ª Série da 1ª Emissão de Debêntures Simples e Privadas não conversíveis em ações, da espécie subordinada, de colocação privada pela BrD Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, ficando como pendente o saldo de R$ 81, e cujo pagamento se concretizou em março de 2022, mediante liquidação financeira (vide Nota Explicativa nº 27.2).

6. DIREITOS CREDITÓRIOS

Os direitos creditórios são representados por cessões de crédito, outros títulos de crédito ou instrumentos contratuais.

a) Composição de contas a receber proveniente da aquisição de direitos creditórios

Em 31 de dezembro de 2021

Descrição	Valor contábil	Consolidado Quantidade de títulos
Direitos creditórios - Cessão	5.188	32
Total circulante	**5.188**	**32**
Provisão para perdas com créditos	(1.818)	
Direitos creditórios líquidos da provisão	**3.370**	
Curto prazo	**3.370**	
Longo prazo	-	

Em 31 de dezembro de 2020 (Não auditado)

Descrição	Valor contábil	Consolidado Quantidade de títulos
Direitos creditórios - Cessão	11.358	53
Total circulante	**11.358**	**53**

Descrição	Valor contábil	Consolidado Quantidade de títulos
Direitos creditórios - Investimentos em cessões de crédito	3	1
Total não circulante	**3**	**1**
Provisão para perdas com créditos	(2.709)	
Direitos creditórios líquidos de provisão	**8.652**	
Curto prazo	**8.652**	
Longo prazo	-	

b) Custódia da documentação dos direitos creditórios

A guarda física das vias originais dos documentos comprobatórios, na qualidade de fiéis depositárias, é de responsabilidade das suas controladas.

c) Precificação dos direitos creditórios

Os direitos creditórios das suas controladas são registrados pelo valor de custo, acrescidos de seus eventuais rendimentos quando aplicável, os quais consideram o valor de aquisição, vencimento e prazos para o recebimento.

continua...

BrD Holding S.A.

CNPJ/ME nº 31.507.584/0001-10

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de Reais)

	Notas	Individual 2021	Individual 2020 (Não auditado)	Consolidado 2021	Consolidado 2020 (Não auditado)
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	743	913	2.412	2.241
Contas a receber	4	-	-	585	737
Direitos creditórios	6.a	-	-	3.370	8.652
Adiantamentos para aquisição de cessões de crédito	7	-	-	1.763	3.007
Outros créditos		1	-	177	100
Outros ativos	9	-	-	3.387	2.274
Total do ativo circulante		**744**	**913**	**11.694**	**17.011**
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários	5.1	17.656	3.566	12.681	3.591
Ativos não circulantes mantidos para venda	8	-	-	3.981	4.328
Depósitos judiciais	26.1	-	-	10	10
Cauções e fianças	26.1	-	-	3	3
Investimentos	10	3.756	6.273	10	29
Imobilizado	11	-	-	796	832
Intangível	12	-	-	477	7
Total do ativo não circulante		**21.412**	**9.839**	**17.958**	**8.800**
Total do ativo		**22.156**	**10.752**	**29.652**	**25.811**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	Individual 2021	Individual 2020 (Não auditado)	Consolidado 2021	Consolidado 2020 (Não auditado)
(passivo a descoberto)					
Passivo circulante					
Empréstimos a pagar	13	-	-	-	1.071
Debêntures a pagar	14	-	-	2.750	1.832
Fornecedores		7	-	75	973
Obrigações trabalhistas		-	-	300	63
Obrigações tributárias	15	4	-	435	804
Obrigações a pagar pela aquisição de cessões de crédito	7	-	-	51	841
Contas a pagar		185	-	261	44
Dividendos a pagar		-	907	-	907
Total do passivo circulante		**196**	**907**	**3.872**	**6.535**
Passivo não circulante					
Empréstimos a pagar	13	-	3.072	2.311	3.572
Adiantamento por venda de debêntures	5.2	-	-	81	1.885
Debêntures a pagar	14	10.136	-	12.805	8.871
Partes relacionadas	16	4.317	3.108	4.317	3.108
Provisão para perdas com investimentos	10	2.815	3.822	-	-
Débitos com participantes em sociedades em conta de participação (SCP's)	25	-	-	1.574	1.997
Total do passivo não circulante		**17.268**	**10.002**	**21.088**	**19.433**
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)					
Capital social	17.a	8.000	7.050	8.000	7.050
Prejuízos acumulados		-	(4.509)	-	(4.509)
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**8.000**	**2.541**	**8.000**	**2.541**
(-) Lucros distribuídos por antecipação	17.e	(3.308)	(2.698)	(3.308)	(2.698)
Total do patrimônio líquido ajustado (passivo a descoberto)		**4.692**	**(157)**	**4.692**	**(157)**
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**22.156**	**10.752**	**29.652**	**25.811**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE INDIVIDUAL E CONSOLIDADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de Reais)

	Individual 2021	Individual 2020 (Não auditado)	Consolidado 2021	Consolidado 2020 (Não auditado)
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	**7.150**	**(4.509)**	**7.563**	**(1.019)**
Participação de terceiros em sociedades em conta de participação (SCP's)	-	-	(413)	(3.490)
Lucro líquido/(prejuízo) dos controladores	**7.150**	**(4.509)**	**7.150**	**(4.509)**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**7.150**	**(4.509)**	**7.150**	**(4.509)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO INDIVIDUAL E CONSOLIDADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando expressamente mencionado)

	Notas	Individual 2021	Individual 2020 (Não auditado)	Consolidado 2021	Consolidado 2020 (Não auditado)
Receita líquida	18	-	-	**10.159**	**24.249**
Custos	19	-	-	(1.950)	(11.800)
Lucro bruto		-	-	**8.209**	**12.449**
(Despesas) e Receitas operacionais					
Despesas gerais, administrativas e comerciais	20	(268)	(12)	(9.426)	(7.631)
Resultado de equivalência patrimonial	10.2	(1.070)	(2.843)	-	-
Outras receitas e (despesas) operacionais, líquidas	21	-	-	2.534	(1.257)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(1.338)**	**(2.855)**	**1.317**	**3.561**
Despesas financeiras	22.1	(1.385)	(1.656)	(2.237)	(1.982)
Receitas financeiras	22.2	9.876	2	9.963	102
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**7.153**	**(4.509)**	**9.043**	**1.681**
Imposto de renda e contribuição social	24.1	(3)	-	(1.480)	(2.700)
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		**7.150**	**(4.509)**	**7.563**	**(1.019)**
Participação de terceiros em sociedades em conta de participação (SCP's)	25	-	-	(413)	(3.490)
Lucro líquido/(prejuízo) dos controladores		**7.150**	**(4.509)**	**7.150**	**(4.509)**
Lucro líquido/(prejuízo) por ação - em Reais (R$)		**0,8938**	**(0,6396)**		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais)

	Individual 2021	Consolidado 2021
Das atividades operacionais:		
Resultado do exercício antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	7.153	9.043
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação	-	37
Custo líquido na baixa de ativo imobilizado	-	14
Resultado da equivalência patrimonial	1.070	-
Juros sobre debêntures	136	1.388
(Reversão)/Provisão para créditos de liquidação duvidosa de direitos creditórios	-	(1.258)
	8.359	**9.224**
Aumento/(Redução) nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	-	152
Direitos creditórios	-	6.540
Adiantamentos para aquisição de cessões de crédito	-	1.244
Outros créditos	(1)	(77)
Outros ativos	-	(1.113)
Títulos e valores mobiliários	(14.090)	(9.090)
Ativo não circulante mantido para venda	-	347
Fornecedores	7	(898)
Obrigações trabalhistas	-	237
Obrigações tributárias	4	(369)
Obrigações a pagar pela aquisição de cessões de crédito	-	(790)
Contas a pagar	185	217
Adiantamento de venda de debêntures	-	(1.804)
Dividendos a pagar	(907)	(907)
Caixa proveniente das/(aplicado nas) operações	**(6.443)**	**2.913**
Imposto de renda e contribuição social	(3)	(1.480)
Caixa líquido proveniente das/(aplicado nas) atividades operacionais	**(6.446)**	**1.433**
Das atividades de investimento:		
Imobilizado	-	(15)
Intangível	-	(470)
Investimentos	440	19
Caixa líquido proveniente das/(aplicado nas) atividades de investimento	**440**	**(466)**
Das atividades de financiamento:		
Empréstimos e financiamentos	(3.072)	(2.332)
Debêntures a pagar	10.000	3.464
Distribuição de lucros por antecipação	(2.301)	(2.301)
Partes relacionadas a pagar	1.209	1.209
Débitos com participantes em sociedades em conta de participação (SCP's)	-	(836)
Caixa líquido proveniente das/(aplicado nas) atividades de financiamento	**5.836**	**(796)**
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(170)**	**171**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	913	2.241
No final do exercício	743	2.412
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(170)**	**171**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Lucros acumulados	Patrimônio líquido	Antecipação de distribuição de lucro	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Não auditado)	**7.050**	-	**(4.509)**	-	**2.541**	**(2.698)**	**(157)**
Resultado do exercício	-	-	-	7.150	7.150	-	7.150
Absorção de prejuízos	-	-	4.509	(4.509)	-	-	-
Constituição de reservas	-	950	-	(950)	-	-	-
Aumento de capital	950	(950)	-	-	-	-	-
Absorção distribuição antecipada de lucros	-	-	-	(1.691)	(1.691)	1.691	-
Antecipação de distribuição de lucros	-	-	-	-	-	(2.301)	(2.301)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**8.000**	-	-	-	**8.000**	**(3.308)**	**4.692**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **BrD Holding S.A. (anteriormente denominado BrD Holding Ltda.) ("Companhia" ou "Controladora")**, foi constituída em 14 de setembro de 2018, inicialmente como empresa Ltda. e transformada posteriormente em S.A., atua como *Holding* de instituições não-financeiras, com objetivo de participação em outras sociedades, a gestão e a administração, a compra e a venda de outras sociedades, sejam de responsabilidade limitada ou por ações.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a Companhia participava diretamente nas seguintes empresas sob as quais a gestão e o controle não são compartilhados:

Controladas	Direta 2021	Direta 2020	% de participação Direta + Indireta 2021	% de participação Direta + Indireta 2020
BrD - Brasil Distressed Consultoria Empresarial S.A. **(a)**	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
BrD Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. **(b)**	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Go4Ill Fintech Consultoria e Serviços Ltda. **(c)**	99,999%	99,999%	99,999%	99,999%
SCP - 30.129.913/0001-73 **(d)**	-	-	25,00%	25,00%
SCP - 36.062.015/0001-21 **(d)**	-	-	77,14%	30,00%

(a) BrD - Brasil Distressed Consultoria Empresarial S.A.

A Sociedade tem por objeto social:

i) Atua na prestação de serviços de assessoria e consultoria em operações de aquisição e recuperação de créditos, na comercialização, manutenção e recuperação de títulos e/ou contratos vencidos e não pagos (direitos creditórios de liquidação duvidosa), na aquisição de créditos de outras empresas para detenção própria e nas atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, para pessoas físicas e jurídicas, nacionais ou estrangeiras, exceto imobiliários.

(b) BrD Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

A Sociedade tem por objeto social:

i) A aquisição e securitizações de créditos exclusivamente oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de créditos imobiliários, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades de crédito, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias; a emissão e colocação, privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitando os trâmites da legislação aplicável; a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitada; e a realização de operações de *hedge* em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

(c) Go4Ill Fintech Consultoria e Serviços Ltda.

A Sociedade tem por objeto social:

i) A intermediação de negócios relacionados à operação de obtenção de crédito representação em geral, por sua conta própria e ou terceiros a promoção de negócios, pesquisas e informação cadastrais, a prestação de serviços de aprovação de crédito, serviços de cobrança e atendimento a clientes, recebimento de prestação e controles operacionais e gerenciamento de carteiras em cobrança, desenvolvimento, compras, vendas e locação de sistemas de crédito e sistemas de cobrança em seu próprio nome e/ou de terceiros, o estabelecimento de acordos, convênios e contratos com estabelecimentos comerciais, industriais, instituições financeiras, entidades de classe, sindicatos e cooperativas, prestação de serviços de informação, promoções e cadastramento de clientes, telemarketing, gestão de base de dados, manuseio e envio de correspondências relacionadas as operações de crédito, prestação de serviços em treinamentos e seminários sobre atividade e serviços de crédito e cobrança, vender comprar e locar equipamentos, produtos e bens em nome próprio e de terceiros relacionados a operações de crédito, prestação de serviços de consultoria de negócios (incluindo, mas não se limitando ao desenvolvimento de projetos imobiliários a terceiros), o desenvolvimento de *software* sob encomenda, consultoria em tecnologia da informação, suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação. Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na *internet*, consultoria em gestão empresarial, treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial.

(d) Sociedades em Conta de Participação (SCP)

As Sociedades em Conta de Participação (SCPs) possuem por objeto social:

i) Comercialização, manutenção e recuperação de títulos e/ou contratos vencidos e não pagos de direitos creditórios de liquidação duvidosa;

ii) Prestação de serviços de assessoria e consultoria em operações de aquisição e recuperação de créditos;

iii) Aquisição de créditos de outras empresas para detenção própria;

iv) Administração de bens próprios;

v) Participação em outras sociedades, sejam essas simples ou empresárias, nacionais ou estrangeiras; e

vi) Realização de atividades acessórias às anteriormente mencionadas.

Impactos do COVID-19 (Coronavírus)

Desde o final de fevereiro de 2020, o mundo vem passando por um surto da doença chamada COVID-19 (Coronavírus), classificada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde - OMS.

Os principais impactos da crise COVID-19 no exercício de 2020, foi um aumento importante da inadimplência dos créditos, principalmente no primeiro semestre de 2020, e um menor apetite para o risco por parte da Companhia. Entretanto, através de uma discussão próxima com os devedores e flexibilidade em negociar novos termos e condições nos acordos existentes, os níveis de atraso voltaram aos patamares históricos. A melhora do cenário macroeconômico no período, principalmente com a ajuda emergencial implementada pelo Governo Federal, também contribuiu para a recuperação da carteira de crédito da Companhia.

A administração da Companhia continua acompanhando os possíveis impactos em suas operações e tem trabalhado com a implementação de planos de contingências para manter a continuidade das atividades operacionais em uma situação de normalidade. Adicionalmente, a administração considera que os impactos da pandemia estão adequadamente gerenciados até o momento, sem impactos financeiros significativos aos negócios da Companhia.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Autorização

As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração da Companhia em 12 de maio de 2022.

2.2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em prazo não superior a um ano.

As práticas contábeis são consistentemente aplicadas em todas as empresas consolidadas.

Nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminadas as contas correntes, as receitas e despesas entre as sociedades consolidadas e os resultados não realizados, bem como os investimentos, sendo destacada a participação de não controladores, conforme CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas.

2.2. Apuração do resultado

A receita com serviços prestados e com a cessão de créditos é reconhecida por um valor que reflete a contraprartida a que a Companhia espera ter direito em troca da transferência dos serviços para os clientes. Os demais resultados das operações (outras receitas, custos e despesas) são apurados em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

Adicionalmente, no balanço individual a receita da empresa se origina das equivalências patrimoniais e ganhos de juros em negociações de investimentos.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.4. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são apresentados pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

2.5. Direitos creditórios

Os direitos creditórios são classificados nos seguintes grupos:

a) Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios: quando a Companhia adquire e assume substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente;

b) Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios: quando a Companhia não adquire e não assume substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando a baixa do direito creditório no registro contábil do cedente;

A metodologia utilizada para a classificação dos direitos creditórios leva em consideração o nível de exposição da Companhia à variação no fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório objeto da operação. Quando a exposição à variação no fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório objeto da operação for relevante, presume-se que a Companhia adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório. A Companhia não está substancialmente exposta à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação.

Quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais e esses valores devidos se tornam superiores aos valores estimados a serem realizados, é constituída provisão para perdas de crédito ou a efetiva baixa em montantes considerados suficientes para a cobertura da diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.7. Imobilizado

Está demonstrado pelo seu custo histórico, que contempla todos os gastos necessários incorridos na aquisição dos bens. A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas variáveis, levando-se em conta a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.8. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de analisar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.9. Investimentos

Os investimentos em entidades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, e os efeitos são reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

2.10. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

2.11. Ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são as seguintes:

a) Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa;

b) Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e de montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados.

2.12. Lucro/(prejuízo) por ação

O lucro/(prejuízo) por ação é calculado com base na quantidade de ações existentes na data de encerramento dos balanços.

2.13. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente

A Companhia e as controladas, exceto a BrD Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. optaram pelo regime de tributação do lucro presumido, onde a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social são calculadas a razão de 32% (prestação de serviços e locações) e 100% sobre as demais receitas, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição. As alíquotas regulares de PIS e Cofins, nestes casos, são de 0,65% e 3,00%, respectivamente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a então controlada BrD Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros, estava submetida ao regime de lucro real e não auferiu resultado tributável.

2.14. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

(i) Custo amortizado;

(ii) Valor justo por meio do resultado;

(iii) Valor justo por meio do resultado abrangente.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Individual 2021	Individual 2020 (Não auditado)	Consolidado 2021	Consolidado 2020 (Não auditado)
Bancos conta corrente	41	13	459	174
Aplicações financeiras	702	900	1.953	2.067
	743	**913**	**2.412**	**2.241**

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 são de liquidez imediata, remuneradas a taxas que variam entre 70% e 101% do CDI.

4. CONTAS A RECEBER

	2021	Consolidado 2020 (Não auditado)
Clientes nacionais	585	277
Venda de bens a receber	-	460
	585	**737**

As contas a receber são basicamente decorrentes da venda de bens recebidos em decorrência da execução de garantias e da prestação de serviços, que normalmente possuem um prazo máximo de 60 dias para o recebimento.

	2021	2020 (Não auditado)
Títulos a receber (a vencer)	585	614
Conteúdo vencidos:		
De 61 a 90 dias	-	113
De 181 a 360 dias	-	10
	-	123
	585	**737**

Em 31 de dezembro de 2021 a Administração não espera perdas com as suas contas a receber.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E ADIANTAMENTO DE VENDA DE DEBÊNTURES

5.1. Composição da carteira

Os títulos e valores mobiliários estão assim apresentados:

i) Em 31 de dezembro de 2021

Descrição	Individual	Consolidado
Título de capitalização - Banco Bradesco S.A.	-	25
Cotas de Fundos - Nanban Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados **(a)**	12.656	12.656
BrD Companhia Securitizadora de Créditos Financeiro - Debêntures Araucária - 2ª Série **(b)**	5.000	-
	17.656	**12.681**

ii) Em 31 de dezembro de 2020 (Não auditado)

Descrição	Individual	Consolidado
Título de capitalização - Banco Bradesco S.A.	-	25
Cotas de Fundos - Nanban Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados **(a)**	3.566	3.566
	3.566	**3.591**

(a) Refere-se a investimento direto em cotas do Fundo Nanban Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados ("Fundo"). O Fundo investe na aquisição de direitos creditórios que estejam vencidos e pendentes de pagamento, assumindo todos os riscos e benefícios sobre esses créditos. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 do Fundo foram examinadas por auditores independentes, cujo relatório de auditoria foi emitido em 08 de abril de 2022, sem modificação, contendo ênfase quanto ao valor de realização dos direitos creditórios que são registrados inicialmente ao custo de aquisição, acrescidos de juros calculados com base na taxa interna de retorno dos contratos, pelo critério "pro rata temporis", e cujos valores quando efetivamente realizados, poderão ser diferentes dos estimados em 31 de dezembro de 2021. A estratégia da Administração da Companhia, quanto à realização do Fundo, não inclui, no curto e médio prazo, o resgate de suas cotas, as quais deverão ser mantidas como investimento de longo prazo pela Companhia.

O balanço patrimonial e resultado do exercício do Fundo são abaixo apresentados:

	31.12.2021	31.12.2020
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	**1**	**491**
Disponibilidades	1	2
Operações compromissadas - LTN	-	489
Cotas de fundos de investimento		
Santander RF Ref DI Títulos PUB Premium FC FI	1.476	-
Direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios	**11.204**	**3.265**
Direitos creditórios a vencer	11.877	3.265
(-) Provisão para perdas por redução no valor recuperável	(673)	-
Total do ativo	**12.681**	**3.756**
Passivo		
Valores a pagar	**25**	**190**
Taxa de administração	15	23
Taxa de gestão	10	-
Direitos creditórios a identificar	-	160
Auditoria e custódia	-	6
Taxa de fiscalização CVM	-	1
Total do passivo	**25**	**190**
Patrimônio líquido	**12.656**	**3.566**
Total do passivo e patrimônio líquido	**12.681**	**3.756**

	01.01.2021 a 31.12.2021	29.05.2020 a 31.12.2020
Composição do resultado dos períodos		
Direitos creditórios	**10.606**	**(565)**
Reconhecimento de ganhos/perdas	10.714	(565)
Outros resultados com direitos creditórios	565	-
Provisão para perdas por redução no valor recuperável	(673)	-
Operações compromissadas		
Receitas	55	4
Títulos públicos federais		
Ajuste a valor justo	(135)	-
Cotas de fundos de investimentos		
Reconhecimento de ganhos/perdas	115	-
Demais despesas	**(1.451)**	**(873)**
Despesa de cobrança	(922)	(66)
Despesas advocatícias	(193)	(93)
Taxa de gestão	(76)	(16)
Taxa de administração	(117)	(146)
Despesas tributárias	(42)	(65)
Auditoria e custódia	(29)	(6)
Taxa de fiscalização CVM	(4)	(2)
Outras despesas	(68)	(479)
Resultado dos períodos pertencentes aos detentores de cotas classificadas no patrimônio líquido	**9.190**	**(1.434)**

(b) Refere-se a 50 Debêntures de valor nominal unitário de R$ 100, totalizando R$ 5.000, que foram subscritas em 20 de novembro de 2018, as quais são provenientes da 1ª emissão de 200 debêntures simples e privadas no valor total de R$ 20.000, não conversíveis em ações, as quais foram emitidas em duas séries, da espécie subordinada, para a colocação privada pela sua controlada BrD Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros. As debêntures subscritas pela sua controlada representam a 2ª série, as quais serão recebidas após o integral adimplemento das obrigações relativas às debêntures da 1ª série, em que a Companhia não participa.

Os recursos com a emissão das Debêntures foram utilizados para a aquisição de créditos financeiros. As debêntures provenientes da 1ª série serão remuneradas a 18% a.a. com vencimento em 31 de dezembro de 2023. As Debêntures da 2ª série, as quais a Companhia possui a titularidade desde 15 de dezembro de 2021 a título de cessão de sua controlada BrD - Brasil Distressed Consultoria Empresarial S.A. para a quitação das obrigações existentes, conforme instrumento particular de dação em pagamento assinado naquela data, a Companhia fará jus a participar de 95% (noventa e cinco por cento) dos resultados financeiros positivos, se houver, da emissora com a recuperação dos créditos financeiros (remuneração da 2ª série), em conjunto com a remuneração da 1ª série. O pagamento das debêntures da 2ª série está subordinado ao pagamento integral das debêntures da 1ª série, incluídos quaisquer acessórios. O vencimento das debêntures da 2ª série ocorrerá em 31 de dezembro de 2025.

5.2. Adiantamento de venda de debêntures

No decorrer do ano de 2021 a sua controlada BrD - Brasil Distressed Consultoria Empresarial S.A. quitou o montante de R$ 1.804 a título de pagamento provenientes da 2ª Série da 1ª Emissão de Debêntures Simples e Privadas não conversíveis em ações, da espécie subordinada, de colocação privada pela BrD Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, ficando como pendente o saldo de R$ 81, e cujo pagamento se concretizou em março de 2022, mediante liquidação financeira (vide Nota Explicativa nº 27.2).

6. DIREITOS CREDITÓRIOS

Os direitos creditórios são representados por cessões de crédito, outros títulos de crédito ou instrumentos contratuais.

a) Composição de contas a receber proveniente da aquisição de direitos creditórios

Em 31 de dezembro de 2021

Descrição	Valor contábil	Consolidado Quantidade de títulos
Direitos creditórios - Cessão	5.188	32
Total circulante	**5.188**	**32**
Provisão para perdas com créditos	(1.818)	
Direitos creditórios líquidos da provisão	**3.370**	
Curto prazo	**3.370**	
Longo prazo	**-**	

Em 31 de dezembro de 2020 (Não auditado)

Descrição	Valor contábil	Consolidado Quantidade de títulos
Direitos creditórios - Cessão	11.358	53
Total circulante	**11.358**	**53**

Descrição	Valor contábil	Consolidado Quantidade de títulos
Direitos creditórios - Investimentos em cessões de crédito	3	1
Total não circulante	**3**	**1**
Provisão para perdas com créditos	(2.709)	
Direitos creditórios líquidos de provisão	**8.652**	
Curto prazo	**8.652**	
Longo prazo	**-**	

b) Custódia da documentação dos direitos creditórios

A guarda física das vias originais dos documentos comprobatórios, na qualidade de fiéis depositárias, é de responsabilidade das suas controladas.

c) Precificação dos direitos creditórios

Os direitos creditórios das suas controladas são registrados pelo valor de custo, acrescidos de seus eventuais rendimentos quando aplicável, os quais consideram o valor de aquisição, vencimento e prazos para o recebimento.

continua...

...continuação

BrD Holding S.A.

CNPJ/ME nº 31.507.584/0001-10

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26.2. Movimentação das provisões para riscos de contingências

	Consolidado 2020 (Não auditado)
Saldo inicial	1.622
Adições (provisões) no exercício	13
Baixas (pagamentos) no exercício	(1.635)
Saldo final	-

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço patrimonial individual e consolidado
Conforme a avaliação de seus assessores legais, a Companhia e suas controladas possuem ações de naturezas cível, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis no montante de R$ 511 (consolidado) (R$ 5.502 em 2020 (consolidado)).

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

27.1. Alteração de estatuto social
Conforme ata de assembleia geral extraordinária de sua controlada BrD Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. realizada em 03 de janeiro de 2022 foram convertidas 1.050.000 ações preferenciais em ações ordinárias, sem valor nominal, na proporção de 01 uma ação ordinária para cada 01 uma ação preferencial. Com registro na JUCESP em 20 de janeiro de 2022.

27.2. Liquidação de adiantamento de venda de debêntures
Em março de 2022 a BrD - Brasil Distressed Consultoria Empresarial S.A. realizou o pagamento do saldo remanescente de adiantamento de valores para venda de debêntures no montante de R$ 81 mil.

27.3. Amortização de debêntures
Em sua controlada BrD Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ocorreram três eventos de amortização das debêntures subordinadas das séries 1ª, 3ª a 10ª nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2022, respectivamente nos montantes de R$ 383, R$ 317 e R$ 403.

27.4. Venda de participação societária em sua controlada Go4iit
Objetivando melhor gerenciamento econômico dos recursos e atividades, e focando na segregação dos grupos econômicos, em 13 de janeiro de 2022 foi registrada a 4ª alteração contratual sob número 24.002/22-7 da empresa Go4iit Fintech Consultoria e Serviços Ltda. Neste ato ficou evidenciada a alteração do quadro societário da Empresa, onde a BrD Holding S.A. e o sócio minoritário transferem a totalidade de suas quotas para a empresa BrD Capital Ltda., que passou a deter 80% do capital social da Empresa. Neste ato ocorreu o ingresso de Luiz Alberto Fortuna que integralizou aporte na Empresa de R$ 113 e passou a ser detentor de 20% de suas quotas.

A DIRETORIA
Fabio Luiz Silvestre
Contador - responsável técnico - CRC 1SP 301266/O-0

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas completas da BrD Holding S.A. em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, estão disponíveis na sede da Companhia.

AGRO PECUÁRIA BOA VISTA S.A.

CNPJ 43.975.838/0001-03

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	8	7.543	1.375	7.543
Aplicações financeiras	5	13.783	7	13.783	7
Contas a receber	6	4.897	3.817	6.439	3.818
Estoques	8	-	-	326	681
Tributos a recuperar	9	783	865	783	865
Outros ativos		15	5	18	10
Total do circulante		**19.486**	**12.237**	**22.724**	**12.919**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber	6	-	-	1.826	-
Tributos a recuperar	9	12.314	12.314	12.314	12.314
Depósitos judiciais	18	266	260	266	260
Outros ativos		10	10	10	10
		12.590	12.584	14.416	12.584
Investimentos	10	4.536	452	-	-
Propriedades para investimento	11	315.381	315.365	315.381	315.365
Imobilizado	12	3.862	3.532	3.862	3.532
Intangível	13	3.605	3.603	3.605	3.603
Total do não circulante		**339.974**	**335.536**	**337.264**	**335.084**
Total do ativo		**359.460**	**347.773**	**359.988**	**348.003**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Circulante					
Fornecedores		857	2.377	865	2.377
Tributos a recolher	14	727	613	993	613
Imposto de renda e contribuição social	16	2.337	1.571	2.589	1.571
Outros passivos		74	49	74	49
Total do circulante		**3.995**	**4.590**	**4.521**	**4.590**
Não circulante					
Tributos parcelados	14	547	868	547	868
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	91.890	91.928	91.890	92.158
Provisão para contingências	18	344	293	344	293
Total do não circulante		**92.781**	**93.089**	**92.781**	**93.319**
Patrimônio líquido	**15**				
Capital social		194.596	194.596	194.596	194.596
Reservas de lucros		68.088	55.498	68.088	55.498
		262.684	250.094	262.684	250.094
Total do passivo e patrimônio líquido		**359.460**	**347.773**	**359.986**	**348.003**

Demonstrações das Demonstrações do Patrimônio Líquido

	Nota	Capital social	Reserva de lucros - Legal	Reserva de lucros - Retenção de Lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de março de 2020	**15**	**194.596**	**8.900**	**43.006**	-	**246.502**
Dividendos complementares distribuídos	15 (d)	-	-	(14.846)	-	(14.846)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	32.438	32.438
Destinação do lucro:						
Constituição de reserva legal	15 (c)	-	1.622	-	(1.622)	-
Dividendos mínimos obrigatórios, pagos	15 (d)	-	-	-	(7.704)	(7.704)
Dividendos adicionais pagos	15 (d)	-	-	-	(6.296)	(6.296)
Lucros a disposição da assembleia		-	-	-	(16.816)	(16.816)
Em 31 de março de 2021	**15**	**194.596**	**10.522**	**44.976**	-	**250.094**
Dividendos complementares distribuídos	15 (d)	-	-	(16.816)	-	(16.816)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	57.406	57.406
Destinação do lucro:						
Constituição de reserva legal	15 (c)	-	2.870	-	(2.870)	-
Dividendos mínimos obrigatórios, pagos	15 (d)	-	-	-	(13.634)	(13.634)
Dividendos adicionais pagos	15 (d)	-	-	-	(14.366)	(14.366)
Lucros a disposição da assembleia		-	-	-	(26.536)	(26.536)
Em 31 de março de 2022	**15**	**194.596**	**13.392**	**54.696**	-	**262.684**

Demonstrações de Resultados

	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receitas	19	58.037	37.941	64.653	37.941
Custo dos imóveis vendidos	20	(113)	-	(257)	-
Lucro bruto		**57.925**	**37.941**	**64.416**	**37.941**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	20	(1.951)	(1.796)	(1.966)	(1.796)
Resultado de equivalência patrimonial	10	7.483	-	-	-
		5.532	(1.796)	(1.966)	(1.796)
Lucro operacional		**63.457**	**36.145**	**62.450**	**36.145**
Resultado financeiro	**21**				
Receitas financeiras		709	756	1.975	756
Despesas financeiras		(81)	(94)	(81)	(94)
		628	**662**	**1.894**	**662**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**64.085**	**36.807**	**64.344**	**36.807**
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente		(6.717)	(4.369)	(7.116)	(4.369)
Diferido		38	-	178	-
Lucro líquido do exercício		**57.406**	**32.438**	**57.406**	**32.438**

resultado à medida que as obras de infraestrutura avançam, uma vez que a transferência de riscos e benefícios ocorre de forma contínua. Nessas vendas (lotes não desenvolvidos), são observados os seguintes procedimentos: (i) Apuração do percentual de custo incorrido, em relação ao seu custo total orçado, sendo esse percentual aplicado sobre a receita de lotes e unidades vendidas, ajustado segundo as condições dos contratos de venda; (ii) Os montantes das receitas de vendas reconhecidos que sejam superiores aos valores efetivamente recebidos de clientes, são registrados em ativo circulante ou ativo não circulante; e (iii) Os montantes recebidos em relação à venda de lotes que sejam superiores aos valores reconhecidos de receita, são contabilizados na rubrica "Adiantamento de clientes". Os adiantamentos são administrados através de concórcio firmado entre a controlada Villa Verde e a San Marino Participações Ltda (San Marino). **2.12 Pronunciamentos contábeis que ainda não entraram em vigor** A Companhia e suas controladas entende que os novos pronunciamentos emitidos não terão impactos para suas Demonstrações Financeiras, e por este motivo não estamos abordando e nem relacionando neste relatório. 3. **Estimativas** As estimativas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias. **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantemente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo. (a) **Provisão para contingências** A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cível e tributários que se encontram em tramitação, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. 4. **Gestão de risco financeiro (ajuste a valor presente)** A Companhia e suas controladas possuem apenas termos em seu ativo e essas vertas ser objeto de instrumento particular de contrato de arrendamento a preços e condições de mercado, operacional ou de capital. Os saldos apresentados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/03/2022 e de 2021, de acordo com a administração da Companhia, não estão sujeitos a riscos significativos de taxa de juros e preços de mercado ou qualquer um dos riscos acima expostos. 5. **Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Caixa e bancos	1	1	1	1
CDB 99,00%	7	7.542	1.374	7.542
	8	7.543	1.375	7.543
. Fundo de investimento 109,44% (2021 - 81,80%)	13.783	7	13.783	7
Total de aplicações financeiras	13.783	7	13.783	7
Total de recursos disponíveis	13.791	8	15.158	8

*Rendimentos sobre variação do CDI - taxa média ponderada.

6. **Contas a receber de clientes**

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Contas a receber de clientes	-	3.035	-	-
Saldo a receber de consórcio	-	333	-	-
Arrendamento com partes relacionadas (Nota 7)	4.897	3.817	4.897	3.818
	4.897	3.817	8.265	3.818

Saldo a receber de consórcio refere-se ao repasse mensal do empreendimento imobiliário. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
A vencer:				
Menos de 1 ano	4.897	3.817	6.439	3.818
Entre 1 e 3 anos	-	-	308	-
Entre 3 e 5 anos	-	-	286	-
Acima de 5 anos	-	-	1.232	-
	4.897	3.817	8.265	3.818

7. **Partes relacionadas Saldos** O saldo no ativo circulante em 31/03/2022 refere-se a arrendamento de terras e imóveis e aluguel de imóvel para a São Martinho S.A. ("SM"). Na rubrica de fornecedores, o saldo de R$ 25 em 31/03/2022 (R$ 42 – 2021) refere-se a rateio de serviços administrativos com a SM. O saldo de adiantamento de clientes refere-se a adiantamentos recebidos para futuro fornecimento de cana-de-açúcar para a SM. **Transações**

	2022	2021
São Martinho S.A.		
Receita líquida com arrendamento de terras	59.270	39.150
Aluguel de imóvel (Nota 18)	140	110
Despesas rateadas (Nota 19)	(168)	(170)

8. **Estoques** O saldo em 31 de março de 2022 no valor de R$ 326 (2021 – R$ 681 - Nota 10) corresponde ao empreendimento imobiliário da controlada SPE Vila Verde. Durante o exercício findo em 31 de março de 2022 ocorreu a transferência para a rubrica de estoque de uma fazenda no valor de R$ 112 (Nota 11), anteriormente classificada como propriedade para investimentos. O bem foi vendido durante o exercício. 9. **Tributos a recuperar** Os tributos a recuperar classificados no circulante referem-se a INSS. Os saldos classificados no ativo não circulante são representados por créditos de ICMS advindos de operações de aquisição de mercadorias e/ou serviços do período em que a Companhia exercia atividade agrícola. 10. **Investimentos** O saldo de investimento na Controladora é composto pela participação de 99,98% no capital social da SPE Vila Verde. A integralização e aporte de capital na SPE Vila Verde estava composto do seguinte acervo líquido:

Controladora	SPE Vila Verde
Ativo não circulante - Propriedade para investimentos	
Terra nua	5
Terra nua - Custo atribuído	676
Total do ativo não circulante	681
Passivo não circulante - Tributos diferidos	
Imposto de renda e contribuição social	(230)
Acervo líquido	451

Adicionalmente foi cedido para a Companhia R$ 1 em quotas de participação na SPE Vila Verde dos sócios anteriores.

Controladora	% de participação 2022	Patrimônio líquido ajustado da investida 2022	Valor contábil do investimento 2022	Resultado com equivalência patrimonial 2022	Resultado com equivalência patrimonial 2021
Empresa					
SPE Vila Verde	99,98%	4.536	452	4.536	452
Saldo final		4.536	452	4.536	452

Demonstrações de Resultados Abrangentes

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Lucro líquido do exercício	57.406	-	32.438	-
Resultado abrangente do exercício	57.406	-	32.438	-

11. **Propriedades para investimento**

Controladora e Consolidado	Terras	Edifícios e benfeitorias	Outras imobilizações	Propriedade para investimento em andamento	Total
Saldos em 31 de março de 2020	**315.267**	**64**	-	-	**315.331**
Custo total	315.267	82	3	-	315.352
Depreciação acumulada	-	(18)	(3)	-	(21)
Valor residual	315.267	64	-	-	315.331
Adição	-	2	-	36	38
Depreciação	-	(2)	-	-	(2)
Saldos em 31 de março de 2021	**315.267**	**62**	-	**36**	**315.365**
Custo total	315.267	82	3	36	315.388
Depreciação acumulada	-	(20)	(3)	-	(23)
Valor residual	315.267	62	-	36	315.365
Adição	24	30	-	106	130
Depreciação	-	(2)	-	-	(2)
Transferência para estoque (Nota 8)	(112)	-	-	-	(112)
Saldos em 31 de março de 2022	**315.179**	**60**	-	**142**	**315.381**
Custo total	315.179	82	3	142	315.406
Depreciação acumulada	-	(22)	(3)	-	(25)
Valor residual	315.179	60	-	142	315.381
Valores residuais:					
Custo histórico	44.913	60	-	142	45.115
Mais-valia	270.266	-	-	-	270.266
Taxas médias de depreciação	-	2,23%	10,00%		

Em 31 de março de 2022, 2.496 ha. de terras [2021 - 2.496] da Companhia foram dados em garantia de processos tributários. As propriedades para investimento foram inicialmente mensuradas pelo seu custo de aquisição. Conforme estabelecido pelo pronunciamento técnico CPC 28 - Propriedade para Investimento, a Companhia optou por mantê-los mensurados ao seu custo de aquisição menos o valor de depreciação, quando aplicável. Os valores justos das propriedades para investimento, mensurados por profissionais qualificados, foram estimadas com base em valor de mercado e totalizam aproximadamente R$ 1 bilhão em 31 de março de 2022. 12. **Ativo Imobilizado**

Controladora e Consolidado	Terras	Veículos	Outras imobilizações	Total
Saldos em 31 de março de 2020	-	**76**	-	**76**
Custo total	-	113	-	113
Depreciação acumulada	-	(37)	-	(37)
Valor residual	-	76	-	76
Adição	3.475	-	-	3.475
Depreciação	-	(19)	-	(19)
Saldos em 31 de março de 2021	**3.475**	**57**	-	**3.532**
Custo total	3.475	113	-	3.588
Depreciação acumulada	-	(56)	-	(56)
Valor residual	3.475	57	-	3.532
Adição	345	-	-	345
Depreciação	-	(19)	(1)	(20)
Saldos em 31 de março de 2022	**3.820**	**38**	**-**	**3.862**
Custo total	3.820	113	-	3.938
Depreciação acumulada	-	(75)	(1)	(76)
Valor residual	3.820	38	-	3.862
Valores residuais :				
Custo histórico	3.820	38	4	3.862
Taxas médias de depreciação	-	20,00%	20,00%	

13. **Intangível**

Controladora e Consolidado	Direito de Servidão Ambiental
Saldos em 31 de março 2020	**3.600**
Adição	3
Saldos em 31 de março 2021	**3.603**
Adição	2
Saldos em 31 de março 2022	**3.605**

Direito de Servidão Ambiental adquirido com a finalidade de promover a compensação de déficit de reserva legal em propriedades rurais. 14. **Tributos a recolher e parcelamentos**

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Parcelamentos - Lei 11.941/2009	893	1.204	893	1.204
PIS e COFINS a recolher	362	255	628	255
INSS a recolher	7	7	7	7
Outros impostos	12	15	12	15
	1.274	1.481	1.540	1.481
Passivo circulante (tributos a recolher)	(727)	(613)	(993)	(613)
Não circulante	547	868	547	868

Os tributos parcelados são atualizados mensalmente pela SELIC. 15. **Patrimônio líquido** (a) **Capital social** Em 31 de março de 2022 e 2021, o capital social é de R$ 194.596, totalmente subscrito e integralizado, e está representado por 6.381.327 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. (b) **Ajustes de avaliação patrimonial Custo atribuído** (*Deemed cost*) As reavaliações efetuadas pela Companhia anteriores a 2007 foram mantidas de acordo com o facultado pela Lei11.638. A reavaliação anteriormente registrada foi considerada como parte do novo custo em 31/04/2009. Os valores estão registrados líquidos dos efeitos tributários, e são realizados com base nas baixas ou alienações dos respectivos bens e os montantes apurados da realização são transferidos para a rubrica "Lucros acumulados". A reserva de reavaliação decorrente de terras no montante de R$ 271.054 foi integralmente capitalizada pela Companhia. O imposto de renda e a contribuição social sobre essa reserva representa R$ 92.158, os quais já estão deduzidos da reserva capitalizada. Dessa forma, em 31/03/2022 e 2021 o capital social está aumentado em R$ 178.896 pela capitalização das referidas reservas de reavaliação. (c) **Reserva legal de lucros a realizar** A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. (d) **Dividendos** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal. A Assembleia dos acionistas aprovou o pagamento de dividendos complementares, no montante de R$ 16.816 referente ao exercício findo em 31/03/2021 (R$ 14.846 referente a 31/03/2020). Durante o exercício, a Companhia deliberou e antecipou dividendos no montante de R$ 28.000 [2021 - R$ 14.000], sendo R$ 13.634 [2021 - R$ 7.704] de mínimos obrigatórios e R$ 14.366 [2021– R$ 6.296] de dividendos adicionais propostos. 16. **Imposto de renda e contribuição social** O imposto de renda e a contribuição social estão representados por:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
No passivo circulante				
Débitos correntes				
. Imposto de renda e contribuição social, a pagar	2.337	1.571	2.589	1.571
No passivo não circulante				
Débitos diferidos				
Tributos sobre diferenças temporárias de:				
. Mais-valia de propriedade para investimento (Deemed cost) e estoques	91.890	91.928	91.890	92.158

Acervo líquido **Ativos diferidos** Companhia e suas controladas no curso normal de suas atividades. Abaixo são aqueles que merecem destaque nas presentes demonstrações financeiras: **Matas nativas e florestas destinadas à preservação permanente** Nessas áreas não cultivadas, cobertas por vegetação nativa preservada, em processo de regeneração ou enriquecimento, correspondente a matas ciliares e reserva legal, destinadas a assegurar o equilíbrio ecológico do meio ambiente, contribuindo com a preservação da biodiversidade e a sustentabilidade das atividades agrícolas, observando estritamente as disposições do Código Florestal e as relativas à preservação das Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL). A Companhia já providenciou a inscrição de seus imóveis no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e está em processo de Regularização Ambiental (PRA). Eventuais investimentos para recuperações existentes. As depreciações sobre determinadas parcelas de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro da uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. Os riscos de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		57.406	32.438	57.406	32.438
Ajustes					
Depreciação	12	20	19	20	19
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas		(443)	(642)	(1.248)	(642)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(7.483)	-	-	-
Constituição de provisão para contingências, líquidas	18	8	(320)	8	(320)
Imposto de renda e contribuição social	21	6.679	4.369	6.938	4.369
Ajuste a valor presente	21	(357)	-	(357)	-
		56.187	**35.864**	**62.767**	**35.864**
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber		-	-	(1.725)	-
Estoques	8	112	-	467	-
Tributos a recuperar		82	75	83	75
Partes relacionadas		(1.079)	(2.005)	(1.413)	(2.005)
Depósitos judiciais		-	405	-	405
Outros ativos		(11)	(6)	(10)	(6)
Fornecedores		(468)	(765)	(610)	(765)
Tributos a recolher e impostos parcelados		(351)	(296)	(256)	(296)
Adiantamentos de clientes		43	-	43	-
Provisão para contingências		(8)	(26)	(8)	(26)
Outros passivos		-	418	-	418
Caixa proveniente das operações		**54.507**	**33.664**	**59.338**	**33.664**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(5.834)	(3.990)	(5.900)	(3.990)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**48.673**	**29.674**	**53.438**	**29.674**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Adições ao ativo imobilizado e intangível		(1.525)	(2.471)	(1.524)	(2.471)
Aplicações financeiras		(13.266)	9.185	(13.266)	9.185
Dividendos recebidos		3.399	-	-	-
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos		**(11.392)**	**6.714**	**(14.790)**	**6.714**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Dividendos pagos		(44.816)	(28.846)	(44.816)	(28.846)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(44.816)**	**(28.846)**	**(44.816)**	**(28.846)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido		(7.535)	7.542	(6.168)	7.542
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		7.543	1	7.543	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**8**	**7.543**	**1.375**	**7.543**

gularização ambiental, a forma que os mesmos serão realizados e o tempo requerido para sua execução não são mensuráveis nesse momento. Os investimentos em áreas de preservação e demais atividades para regularização ambiental, quando realizados, são registradas na rubrica de ativo intangível. 18. **Provisão para contingências 18.1 Perdas prováveis** A Companhia, com base na avaliação dos assessores jurídicos, mantém as seguintes provisões para contingências para as causas de perdas prováveis:

Controladora e Consolidado	2021	Adições	Utilizações	Atualizações	2022
Cível	293	8	(8)	51	344
Total	293	8	(8)	51	344
Depósitos judiciais	266	2	-	8	266

Em 31/03/2022, a natureza das principais causas que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima é a seguinte: **Processos cíveis e ambientais** Referem-se a: (i) indenizações por danos materiais e morais; (ii) reparação de danos em áreas que sofreram queimadas, do período em que a Companhia exercia atividade agrícola. **18.2 Demandas não provisionadas** Os processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível, sem mensuração com suficiente segurança, nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as perdas estimadas adotadas no cálculo não requerem sua contabilização. O montante com risco possível de perda em 31/03/2022 é de R$ 4.872 (R$ 4.597 em 2021). A Administração da Companhia, baseada no opinião de seus assessores legais, entende não haver outros riscos contingentes significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em seu exercício social findo os resultados futuros. 19. **Receitas**

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita bruta de vendas	59.435	39.268	59.435	39.268
Arrendamento de terras				
Venda de imóveis e lotes	552	-	7.799	-
Aluguel de imóveis	140	110	140	110
Venda de cana-de-açúcar	107	-	107	-
Devoluções de vendas	-	-	(218)	-
Impostos sobre vendas	(2.197)	(1.437)	(2.610)	(1.437)
	58.017	37.941	64.653	37.941

Conforme divulgado na Nota 7, do saldo de R$ 59.435, R$ 59.270 referem-se a arrendamento com a SM. A variação na rubrica de arrendamento de terras durante o exercício, se deu pelo aumento significativo no índice CONSECANA. 20. **Despesas por natureza** A demonstração de resultado da Companhia é classificada por função. A reconciliação por natureza/finalidade conforme requerido pelas normas é como segue:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Imposto territorial rural - ITR	(893)	(882)	(893)	(882)
Despesas com pessoal	(510)	(505)	(510)	(505)
Serviços de terceiros	(233)	(407)	(233)	(407)
Gastos com Serviços Administrativos rateados (Nota 6)	(168)	(170)	(185)	(170)
Custo dos imóveis vendidos (Nota 11)	(112)	-	(237)	-
Depreciação	(22)	(21)	(22)	(21)
Anuncios e Publicações	(15)	(13)	(15)	(13)
Provisões com contingências	(8)	320	(8)	320
Impostos e taxas	(5)	(79)	(5)	(79)
Outras despesas	(97)	(39)	(95)	(39)
	(2.063)	(1.796)	(2.203)	(1.796)
Classificados como:				
Custo dos imóveis vendidos	(112)	-	(237)	-
Despesas gerais e administrativas	(1.951)	(1.796)	(1.966)	(1.796)

21. **Resultado financeiro**

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	693	175	770	175
Variação monetária - contas a receber loteamentos	-	-	834	-
Ajuste a valor presente - contas a receber loteamentos	-	-	357	-
Reversão atualização contingências	-	555	-	555
Juros recebidos e auferidos	16	26	14	26
	709	756	1.975	756
Despesas financeiras				
Juros e atualização monetária	(79)	(94)	(79)	(94)
Taxas, despesas bancárias e outros	(2)	-	(2)	-
	(81)	(94)	(81)	(94)
	628	662	1.894	662

A Administração
Contador
Hernani Carlos Euzébio - CRC 1SP199369/O-0
As demonstrações financeiras na íntegra, encontram-se a disposição dos acionistas na sede da Companhia.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Quotistas da **Agro Pecuária Boa Vista S.A.** Américo Brasiliense -SP **Opinião com ressalvas** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Agro Pecuária Boa Vista S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de março de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalvas** Reservas de reavaliação capitalizadas Conforme mencionado na Nota 15.b. às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as reservas de reavaliação de terras contabilizadas no montante de R$178.896 mil, líquidas dos impostos diferidos, foram integralmente capitalizadas em exercícios anteriores. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a reserva de reavaliação não pode ser utilizada para aumento do capital enquanto não realizada. Consequentemente, o capital social está demonstrado a maior e o saldo de ajustes de avaliação patrimonial a menor em R$178.896 mil em 31 de março de 2022 (R$178.896 mil em 31 de março de 2021). ICMS a recuperar Conforme mencionado na Nota 9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui créditos acumulados de ICMS no montante de R$132.314, para os quais não há expectativa provável de sua realização considerando as atuais atividades desempenhadas e legislação vigente. A administração da Companhia está trabalhando na busca de ações que viabilizam a realização dos referidos créditos e, portanto, não reconhecemos uma provisão para perda no seu valor recuperável (impairment). Consequentemente, em 31 de março de 2022 o ativo não circulante e o patrimônio líquido estão apresentados a maior em R$132.314 mil (R$132.314 mil em 31 de março de 2021). Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financ

"LEILÃO EXTRAJUDICIAL"

UILIAN APARECIDO DA SILVA, Leiloeiro Oficial, Registrado na JUCESP sob nº 958, com escritório à Rua Peixoto Werneck, 330, Artur Alvim – São Paulo/SP, CEP 03568-060, Telefone (11) 2741-9515, e-mail — ceretat@leiloesgold.com.br, leva a conhecimento dos interessados, que realizará a PÚBLICO PREGÃO, pela rede mundial de internet, em leilão no dia 25/05/2022 às 14:00h, com término no dia 07/06/2022 às 14:00h, a alienação dos imóveis consolidados na posse de propriedade de **GARDEN VILLE URBANISMO E DESENVOLVIMENTO SPE LTDA**, CNPJ nº 13.918.327/0001-99, sito na Estrada do Jaguari, nº 1.137, Loteamento Villas do Jaguari, Bairro Jaguari, Município de Santana de Parnaíba-SP, que é parte integrante do EDITAL, na forma da lei 13.303, de 30.06.2016, Decreto 21.981 de 19.10.1932, decreto 22.427 de 01.02.1933, bem como pelas normas do edital e seus anexos. O inteiro teor do edital, e seus anexos estão disponíveis no portal www.leiloesgold.com.br, informações pelo telefone (11) 2741-9515.

"LEILÃO EXTRAJUDICIAL"

UILIAN APARECIDO DA SILVA, Leiloeiro Oficial, Registrado na JUCESP sob nº 958, com escritório à Rua Peixoto Werneck, 330, Artur Alvim – São Paulo/SP, CEP 03568-060, Telefone (11) 2741-9515, e-mail — ceretat@leiloesgold.com.br, leva a conhecimento dos interessados, que realizará a PÚBLICO PREGÃO, pela rede mundial de internet, em leilão no dia 25/05/2022 às 14:00h, com término no dia 07/06/2022 às 14:00h, a alienação dos imóveis consolidados na posse de propriedade de **GARDEN VILLE URBANISMO E DESENVOLVIMENTO SPE LTDA**, CNPJ nº 18.253.374/0001-84, com sede à Rua Irmãos Micai, 1.138 - Quadra Q Lote 244 - Jardim São José - CEP 13310-311 - Itu/SP, que é parte integrante do EDITAL, na forma da lei 13.303, de 30.06.2016, Decreto 21.981 de 19.10.1932, decreto 22.427 de 01.02.1933, bem como pelas normas do edital e seus anexos. O inteiro teor do edital, e seus anexos estão disponíveis no portal www.leiloesgold.com.br, informações pelo telefone (11) 2741-9515.

TEEN-IMOBILIÁRIO S.A.

CNPJ/MF 33.598.776/0001-04

Demonstrações Financeiras Encerrado em 31 de dezembro de 2019- Valores expressos em Reais - R$

Balanço Patrimonial / Ativo	2019	Balanço Patrimonial / Passivo	2019	Demonstrativo de Resultado do Período	2019
Ativo circulante	**348.716,50**	**Passivo circulante**	**30.518,73**	Receita bruta	1.000.000,00
Caixa e equivalentes de caixa	348.716,50	Fornecedores	16.182,73	Resultado operacional	1.000.000,00
Não circulante	**4.778.555,53**	Obrigações trabalhistas e tributárias	14.336,00	Receita bruta	-
Contas a receber - longo prazo	4.747.316,22	**Patrimônio líquido**	**5.097.753,30**	Deduções da receita bruta	-
Imobilizado	17.310,05	Capital social	5.097.753,30	Receita líquida	1.000.000,00
Intangível	14.929,26			Custo de obra	-
Total do ativo	**5.128.272,03**	**Total do passivo**	**5.128.272,03**	Resultado bruto	1.000.000,00
				Despesas e receitas operacionais:	
				Despesas administrativas e comerciais	-
				Despesas trabalhistas	-
				Despesas com impostos e taxas	-
				Despesas financeiras	-
				Despesas financeiras	-
				Receitas financeiras	-
				Despesas e receitas não operacionais:	
				Equivalência patrimonial	-
				Outras receitas e despesas	-
				Lucro antes do imposto de renda e CS	1.000.000,00
				Provisão para imposto de renda e CS	1.000.000,00
				Resultado do exercício	1.000.000,00
				Resultado do exercício	1.000.000,00

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva legal	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**47.201.416,90**	**-42.103.664,70**	**5.097.753,30**

Demonstrações dos fluxos de caixa

Atividades operacionais	**2019**	**Variação das atividades de investimento**	**2019**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		Aquisição de imobilizado	-17.310,05
Contas a receber	-4.747.316,22	Aquisição de intangível	-14.929,26
Fornecedores	16.182,73	**Fluxo de caixa aplicado (gerado) nas atividades de investimento**	**-32.239,31**
Obrigações trabalhistas e tributárias	14.336,00	Variação de caixa e equivalentes de caixa	**-4.749.036,80**
Fluxo de caixa aplicado (gerado) nas atividades operacionais	**-4.716.797,49**	No final do exercício	348.716,50
		Variação de caixa e equivalentes de caixa	**348.716,50**

Reconhecemos a exatidão do presente BALANÇO, totalizando Ativo e Passivo R$ 5.128.272,03 (Cinco milhões, cento e vinte e oito mil e duzentos e setenta e dois reais e tres centavos).
São Paulo, 31 de dezembro de 2019

Alessandro Hideki Harada
Diretor - CPF: 264.544.748-10

TEEN-IMOBILIÁRIO S.A.

CNPJ/MF 33.598.776/0001-04

Demonstrações Financeiras Encerrado em 31 de dezembro de 2020 - Valores expressos em Reais - R$

Balanço Patrimonial / ATIVO	2020	2019	Balanço Patrimonial / Passivo	2020	2019	Demonstrações do resultado	2020	2019
Ativo circulante	**133.773,96**	**348.716,50**	**Passivo circulante**	**202.604,99**	**30.518,73**	Resultado operacional		
Caixa e equivalentes de caixa	133.773,96	348.716,50	Fornecedores	127.477,45	16.182,73	Receita bruta	-	-
Não circulante	**7.139.780,03**	**4.779.555,53**	Obrigações trabalhistas e tributárias	75.127,54	14.336,00	Deduções da receita bruta	-	-
Contas a receber - longo prazo	7.006.303,68	4.747.316,22	**Patrimônio líquido**	**7.070.949,00**	**5.097.753,30**	Receita líquida	-	-
Imobilizado	16.759,70	17.310,05	Capital social	7.070.949,00	5.097.753,30	Custo de obra	-	-
Intangível	116.716,65	14.929,26				Resultado bruto	-	-
Total do ativo	**7.273.553,99**	**5.128.272,03**	**Total do passivo**	**7.273.553,99**	**5.128.272,03**	Despesas e receitas operacionais:		
						Despesas administrativas e comerciais	-	-
						Despesas trabalhistas	-	-
						Despesas com impostos e taxas	-	-
						Despesas financeiras	-	-
						Receitas financeiras	-	-
						Despesas e receitas não operacionais:		
						Equivalência patrimonial	-	-
						Outras receitas e despesas	-	-
						Lucro antes do imposto de renda e CS	-	-
						Provisão para imposto de renda e CS	-	-
						Resultado do exercício	-	-
						Demonstrações do resultado abrangente	**2020**	**2019**
						Lucros do exercício	0,00	0,00
						Outros resultados abrangentes	0,00	0,00
						Resultado abrangente do exercício	**0,00**	**0,00**

Demonstrações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva legal	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**47.201.416,90**	**-42.103.664,70**	**5.097.753,30**
Resultado do exercício	19.731.942,00	-17.758.746,30	1.973.195,70
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**66.933.360,90**	**-59.862.411,00**	**7.070.949,00**

Demonstrações dos fluxos de caixa

Atividades operacionais	**2020**	**2019**	Variação das atividades de investimento		
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			Aquisição de imobilizado	550,35	-17.310,05
Contas a receber	-2.258.987,46	-4.747.316,22	Aquisição de intangível	-101.787,39	-14.929,26
Fornecedores	111.294,72	16.182,73	**Fluxo de caixa aplicado (gerado) nas atividades de investimento**	**-101.237,04**	**-32.239,31**
Obrigações trabalhistas e tributárias	60.791,54	14.336,00	Variação de caixa e equivalentes de caixa	**-2.188.138,24**	**-4.749.036,80**
Fluxo de caixa aplicado (gerado) nas atividades operacionais	**-2.086.901,20**	**-4.716.797,49**	No início do exercício	348.716,50	0,00
			No final do exercício	133.773,96	348.716,50
			Variação de caixa e equivalentes de caixa	**-214.942,54**	**348.716,50**

Alessandro Hideki Harada
Diretor - CPF: 264.544.748-10

Janaina Fabiola Silva
TC CRC 1SP 312288/O-5

PAPUNYA EMPREENDIMENTOS S/A

CNPJ: 23.525.010/0001-40

Balanço Patrimonial	12/31/2021	12/31/2020
ATIVO / ATIVO CIRCULANTE	**108.708,43**	**64.502,46**
Caixa e Equivalente de Caixa	108.708,43	64.502,46
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**4.091.148,79**	**4.039.022,86**
IMOBILIZADO	**4.091.148,79**	**4.039.022,86**
Imóveis	4.091.148,79	4.039.022,86
TOTAL DO ATIVO	**4.199.857,16**	**4.103.524,32**
PASSIVO / PASSIVO CIRCULANTE	**9.047,50**	**4.998,96**
Obrigações Fiscais	1.319,04	959,71
Provisão C. Social e I. Renda	8.328,46	4.038,65
Outros Débitos		
PATRIMONIO LIQUIDO	**4.191.809,66**	**4.098.526,16**
Capital Social	4.048.240,00	4.048.240,00
Reserva Legal Estatutaria	32.783,78	21.490,28
Lucros ou Prejuizos Acumulados	100.185,88	28.795,88
TOTAL DO PASSIVO	**4.199.857,16**	**4.103.524,32**

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, cujos valores do Ativo e Passivo mais Patrimônio Líquido importam em R$ 4.199.857,16 (quatro milhões, cento e noventa mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e dezessete centavos).

Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Capital Social a Integralizar	Reserva Legal Estatutaria	Lucros ou Prejuizos Acumulados	Patrimônio Liquido Consolidado
Saldo Inicial	**4.048.240,00**	-	**21.490,28**	**28.795,88**	**4.098.526,16**
Aumento de Capital	-	-	-	-	-
Reserva Legal Estatutaria	-	-	11.293,50	-	11.293,50
Adiantamentos "AFAC"	-	-	-	-	-
Ajuste Exercicios Anteriores	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria Vendidas	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-143.186,50	-143.186,50
Resultado Liquido do Exercicio	-	-	-	**225.870,00**	**225.870,00**
Constituição de Reservas	-	-	-	-11.293,50	-11.293,50
Saldos Finais	**4.048.240,00**	-	**32.783,78**	**100.185,88**	**4.181.209,66**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Informações Gerais - A PAPUNYA EMPREENDIMENTOS S/A é uma sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo-SP e tem como principais atividades a compra, a venda, a locação e a administração de bens próprios, e a participação societária em outras sociedades, especialmente não financeiras na condição de sócia ou acionista. 2. **Principais Políticas Contábeis** - As demonstrações financeiras cons-

Levantado em 31 de dezembro de 2021 - Valores expressos em reais - R$

Demonstração do Resultado	12/31/2021	12/31/2020
RECEITA BRUTA	**419.227,53**	**302.878,39**
Dedução da Receita	-15.257,71	-11.086,65
RECEITA LÍQUIDA	**403.025,12**	**291.917,74**
Custo dos Imóveis Vendidos	-	-
RESULTADO BRUTO	**403.025,12**	**291.917,74**
Despesas Administrativas	-169.087,24	-92.000,59
Despesas Financeiras	-1.193,18	-1.027,00
Receitas Financeiras	146,52	126,53
Outras Receitas	27.785,54	22.004,32
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA CSLL E IRPJ	**260.082,76**	**220.417,90**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
CSLL	-12.832,20	-7.977,83
IRPJ	-21.380,56	-13.296,39
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO	**225.870,00**	**199.143,68**

Demonstração do Resultado Abrangente

Resultado líquido do exercício	**225.870,00**
Resultados abrangentes	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	**225.870,00**

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Resultado do Exercício	225.870,00
AUMENTO DO REDUÇÃO NOS ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS	
Obrigações Fiscais	359,33
Provisão C. Social e I. Renda	4.289,81
Outros Débitos	
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**230.519,14**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Aquisição de Imobilizado	-42.126,62
TOTAL DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-42.126,62**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	
Integralização de Capital social	
Lucros Distribuídos	-143.186,50
TOTAL DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-143.186,50
AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES	**45.205,97**
DISPONIBILIDADE NO INICIO DO EXERCICIO	-54.502,46
DISPONIBILIDADE NO FIM DO EXERCICIO	109.708,43
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	**45.205,97**

Estas demonstrações foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. **2. Tributação** – A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social foi calculada com base no Lucro Presumido obedecendo ao regime de competência. O PIS e o COFINS foi calculado pelo regime cumulativo obedecendo ao regime de competência. **4. Capital Social** – O Capital Social da sociedade anônima, subscrito e composto de 4.048.240 (quatro milhões, quarenta e oito mil, duzentos e quarenta), sendo 4.048.238 (quatro milhões, quarenta e oito mil, duzentos e trinta e oito) ações ordinárias nominativas sem valor nominal e 2 (dois) ações preferenciais nominativas e sem valor nominal.

Diretoria

Diretora Presidente **Tania C. P. Telles Rudge** | Contador Responsável **Misaki Fukuhori** CRC. 1SP119078/O-4

(*) A Demonstração Financeira completa está disponibilizada na sede da empresa.

TEEN-IMOBILIÁRIO S.A.

CNPJ/MF 33.598.776/0001-04

Demonstrações Financeiras Encerrado em 31 de dezembro de 2021 - Valores expressos em Reais - R$

Balanço Patrimonial / ATIVO	2021	2020	Balanço Patrimonial / Passivo	2021	2020	Demonstrações do resultado	2021	2020
Ativo circulante	**188.600,43**	**133.773,96**	**Passivo circulante**	**183.276,34**	**202.604,99**	Resultado operacional		
Caixa e equivalentes de caixa	188.681,67	133.773,96	Fornecedores	76.381,51	127.477,45	Receita bruta	-	-
Impostos a recuperar	119,83		Obrigações trabalhistas e tributárias	103.936,35	75.127,54	Deduções da receita bruta	-	-
Outros créditos	18.598,93		Credores diversos	2.958,48		Receita líquida	-	-
Não circulante	**10.882.428,77**	**7.139.780,03**	**Passivo não circulante**	**3.016.804,00**		Custo de obra	-	-
Contas a receber-longo prazo	9.945.087,47	7.006.303,68	Fornecedores a longo prazo	3.016.804,00		Resultado bruto	-	-
Imobilizado	20.181,83	16.759,70	Parte relacionada			Despesas e receitas operacionais:		
Intangível	117.159,83	116.716,65	**Patrimônio líquido**	**7.070.949,00**	**7.070.949,00**	Despesas administrativas e comerciais	-	-
			Capital social	7.070.949,00	7.070.949,00	Despesas trabalhistas	-	-
Total do ativo	**10.271.029,34**	**7.273.553,99**	**Total do passivo**	**10.271.029,34**	**7.273.553,99**	Despesas com Impostos e taxas	-	-
						Resultado Financeiro	-	-
						Receitas financeiras	-	-
						Despesas e receitas não operacionais:		
						Equivalência patrimonial	-	-
						Outras receitas e despesas	-	-
						Lucro antes do imposto de renda e CS	-	-
						Provisão para imposto de renda e CS	-	-
						Resultado do exercício	-	-
						Demonstrações do resultado abrangente	**2021**	**2020**
						Lucros do exercício	0,00	0,00
						Outros resultados abrangentes	0,00	0,00
						Resultado abrangente do exercício	**0,00**	**0,00**

Demonstrações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva legal	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**47.201.416,90**	**-42.103.664,70**	**5.097.753,30**
Resultado do exercício	19.731.942,00	-17.758.746,30	1.973.195,70
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**66.933.360,90**	**-59.862.411,00**	**7.070.949,00**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**66.933.360,90**	**-59.862.411,00**	**7.070.949,00**

Demonstrações dos fluxos de caixa

Atividades operacionais	**2021**	**2020**	Aquisição de intangível	-443,18	-101.787,39
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			Fluxo de caixa aplicado (gerado) nas atividades de investimento	**-3.865,11**	**-101.237,04**
Outros créditos	-18.598,93	0,00	**Variação das atividades de financiamento**		
Contas a receber	-2.938.783,77	-2.258.987,46	Parte relacionadas a pagar	3.016.804,00	0,00
Impostos a recuperar	-119,83	0,00	Fluxo de caixa aplicado em atividades de investimento	**3.016.804,00**	**0,00**
Fornecedores	-51.095,94	111.294,72	Variação de caixa e equivalentes de caixa	**36.107,71**	**-2.188.138,24**
Obrigações trabalhistas e tributárias	28.808,81	60.791,54	No início do exercício	133.773,96	348.716,50
Credores	2.958,48	0,00	No final do exercício	169.881,67	133.773,96
Fluxo de caixa aplicado (gerado) nas atividades operacionais	**-2.976.831,18**	**-2.086.901,20**	Variação de caixa e equivalentes de caixa	**36.107,71**	**-214.942,54**
Variação das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	-3.421,93	550,35			

Alessandro Hideki Harada
Diretor - CPF: 264.544.748-10

Janaina Fabiola Silva
TC CRC 1SP 312288/O-5

LEVEN S/A

CNPJ 40.690.076/0001-00 - NIRE 35.300.564.146

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA (PRESENCIAL)

A **LEVEN S/A**, sociedade anônima, inscrita no CNPJ sob o nº 40.690.076/0001-00, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.564.146, ("**Companhia**"), vem por seus diretores, convocar os seus acionistas a participar da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("**AGE**"), a ser realizada de forma presencial, no Renaissance São Paulo Hotel, na Alameda Santos nº 2233, Sala Yukon, Bairro Cerqueira César, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01419-002, no **dia 26 de maio de 2022, às 10:00 horas**, em primeira convocação, e no **dia 26 de maio de 2022, às 11:00 horas**, em segunda convocação, para deliberar acerca dos itens da ordem do dia elencados abaixo: **(i)** Aumento do capital social da Companhia; **(ii)** Alteração do objeto social da Companhia; **(iii)** Implementação de nova governança na Companhia, Diretoria; (a) reelenção e reinstalo dos membros da Diretoria; (b) desinstalação do Conselho Fiscal e o recebimento da renúncia de seus membros; (c) criação do Conselho de Administração e a eleição de seus membros; e (d) alteração da competência de deliberação dos órgãos de administração da Companhia; **(iv)** Alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia; e **(v)** Outros assuntos de interesse da Companhia. As presenças dos acionistas serão confirmadas mediante assinatura no respectivo Livro de Registro de Presença de Acionistas. Os acionistas que não comparecerem à AGE no dia e horário definidos serão considerados como ausentes para fins de cômputo de votos nas deliberações da AGE. Os acionistas da Companhia devem encaminhar previamente à Companhia, por meio físico ou eletrônico, com ao menos 1 (um) dia de antecedência da realização da assembleia, os seguintes documentos: (i) cópia autenticada do Contrato Social vigente; (ii) ata de eleição do administrador ou procuração com poderes específicos do procurador, para fins de representação do acionista na AGE; e (iii) cópia autenticada do documento de identidade com foto do representante que participará da assembleia. A Companhia informa, ainda, que os acionistas poderão ter acesso à íntegra do presente edital de convocação e a eventuais orientações adicionais da assembleia no site da Companhia da internet, através do link a seguir: www.valdeleven.com.br.

São Paulo, 16 de maio de 2022.

LEVEN S/A *p. Breno Figueiredo Pinheiro e Jorge Luiz Brandão Pontual*

LEVEN S/A

CNPJ 40.690.076/0001-00 - NIRE 35.300.564.146

RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA (PRESENCIAL)

Em atenção ao Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária datado de 16 de maio de 2022 e publicado no jornal O Dia SP nos dias 17 e 18 de maio de 2022, respectivamente, às páginas 5 e 9 ("Edital de Convocação"), a **LEVEN S/A**, sociedade anônima, inscrita no CNPJ sob o nº 40.690.076/0001-00, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.564.146, ("**Companhia**"), vem por seus diretores, RETIFICAR o endereço do local da assembleia constante no Edital de Convocação, a qual ocorrerá no **Renaissance São Paulo Hotel, na Alameda Santos nº 2233, Sala Yukon, Bairro Cerqueira César, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01419-002**, no dia 26 de maio de 2022, às 10:00 horas, em primeira convocação, e no dia 26 de maio de 2022, às 11:00 horas, em segunda convocação.

São Paulo, 19 de maio de 2022.

LEVEN S/A *p. Breno Figueiredo Pinheiro e Jorge Luiz Brandão Pontual*

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Na publicação do **Jornal O DIA SP, NP 25.17** – São Paulo, de sexta-feira, 18 de março de 2022 na página 18 – Seção: ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/ LEILÕES, no Edital de Publicação de Assembleia Geral Ordinária do **INSTITUTO PASTOR ALFREDO REIKDAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CULTURA,** inscrito no CNPJ sob Nº **00.961.882/0001- 51, ONDE SE LÊ "...** a realizar-se no dia 28 de março de 2021" **LEIA-SE CORRETO "...** a realizar-se no dia 28 de março de 2022". As demais informações estão corretas.

PRIME IT – CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA

CNPJ/MF nº 66.755.257/0001-61
NIRE nº 35.210.364.199

Reunião de Sócios Quotistas – Edital de Convocação

O sócio da/PRIME IT – CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA("Sociedade"), nos termos da Cláusula 7ª do Contrato Social, convoca os senhores sócios quotistas da Sociedade a se reunirem em 26 de maio de 2022, às 14 h em primeira convocação, com a presença de sócios representando 75% do capital social, e, as 14:30 em segunda convocação com qualquer número, na sua sede social localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Alcides Ricardini Neves, nº 12, conjunto 313, Edifício Imperial Berrini Offices, Bairro Cidade Monções, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:**(1)**retirada de sócio e aquisição de quotas pelos sócios que permanecerão em tesouraria; **(2)** ratificação do valor base para determinação dos haveres de sócio retirante consoante o disposto na Cláusula 13ª do contrato social; **(3)** cessão e transferência de quotas e consequente alteração da cláusula 3ª que trata do capital social;**(4)** Em virtude das deliberações dos itens precedentes, deverá ser formalizada mediante assinatura dos sócios na correspondente alteração e consolidação do contrato social da sociedade. Reunião de Sócios Quotistas, conforme ordem do dia acima, em atenção ao disposto nos Artigos/1.152/e/1.153 da lei nº/10.406/2002. São Paulo, 11 de maio de 2022./Adalberto José Amaral Lollato – Sócio.

SODRUGESTVO AGRONEGÓCIOS S.A.

CNPJ/MF: 23.150.901/0001-65 - NIRE 35.300.481.429

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Data Hora e Local: Aos 14/10/2021, às 10h, na Avenida Paulista, na Cidade de SP, SP, na Al. Ministro Rocha de Azevedo, 38, sala 1.201, 12º Andar, Cerqueira César, CEP 01410-000. **Convocação:** Dispensada em função da presença da totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do Artigo 124, §4º da Lei das S.A.("Lei das S.A."). **Presenças:** Presentes os acionistas representantes 100% do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Registro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Douglas Cruz da Silva e secretariados pelo Sr. Rodrigo do Nascimento Totoli. **Ordem do Dia:** Reuniram-se os acionistas para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **1.** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao ano fiscal terminado em 30/06/2021; **2.** Deliberar sobre a destinação do lucro do exercício relativo ao ano fiscal terminado em 30/06/2021; **3.** A fixação do montante da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social que se encerrará em 30/06/2022. **Deliberações:** Instalada a assembleia geral e sendo dispensada a leitura dos documentos e propostas objeto da ordem do dia, após exame, discussão e votação das matérias, os acionistas presentes deliberaram o quanto segue: **1.** aprovar as demonstrações financeiras referentes ao ano fiscal terminado em 30/06/2021 correspondendo que em cumprimento ao quanto disposto no artigo 294 da Lei 6.404/1976, os documentos de que tratam o artigo 133 da mesma lei estão sendo, por cópias autenticadas, arquivados no registro de comércio juntamente com a presente ata da assembleia, dispensada sua publicação em razão da norma contida no inciso II do artigo 294 da Lei 6.404/1976; **2.** consignar que, tendo em vista que não houve lucro no ano fiscal terminado em 30/06/2021, não haverá distribuição de dividendos aos acionistas; **3.** aprovar o valor global da remuneração dos administradores da Companhia no montante de R$ 0,00 a ser encerrado em 30/06/2022, de acordo com o orçamento aprovado para o respectivo exercício. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a ata foi lida, aprovada e assinada em livro próprio, ficando cientes os acionistas da Companhia da sua lavratura em forma de sumário dos fatos ocorridos. Mesa: (sa) Douglas Cruz da Silva, Presidente. Rodrigo do Nascimento Totoli, Secretário. Membros presentes: Sodrugestvo Participations S.Á.R.L., representada por seu procurador, Rodrigo do Nascimento Totoli e Agri Line S.Á.R.L., representada por seu também procurador, Rodrigo do Nascimento Totoli, declarando que está a cópia fiel da lavrada no livro. São Paulo/SP, 14/10/2021. Douglas Cruz da Silva - Presidente. Rodrigo do Nascimento Totoli - Secretário. **JUCESP -** 170.397/22-1 em 01/04/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

29ª Vara Cível - EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0019035-27.2017.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 29ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Drª. Laura de Mattos Almeida, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Isabella Juliana Alberto Gois (CPF. 227.951.458- 39), que nos autos da ação Monitória, ora em fase de cumprimento de sentença, ajuizada por Associação de Poupadores de São Paulo, procedeu a penhora sobre as quinhões litigiosos judicialmente de R$ 1.837,28, R$ 39,21, R$ 93,88 e R$ 4.114,62 . Estando a executada em local ignorado, foi deferida a intimação da penhora por edital, para que em 05 dias, a fluir após os 20 dias supra, efetuem o pagamento, ou apresentem os embargos, sob pena de incidência de multa e/ou outros efeitos cabíveis. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 19 e 20 / 05 / 2022.

7ª Vara Cível do Foro Regional II Santo Amaro/SP. 7º Ofício Cível. Edital de Citação. Prazo: 20 dias. Processo nº **1040205-19.2021.8.26.0002**. A Dra. Cláudia Cenarro Calbucci Renaux, Juíza de Direito da 7ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro/SP. Faz Saber a Catia Ellia Marques Ney (CPF. 002.598.989-29), que Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein Ihe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 6.921,99 (julho de 2021), decorrente do Contrato de Prestação de Serviços, conforme Matrícula n.º 16033085. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. SP, 05/05/2022. 19 e 20 / 05 / 2022.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0004042-43.2021.8.26.0001**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Drª. Maria Cecília Monteiro Frazão, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a AP LOÇAÇÕES DE EQUIPAMENTOS E PRODUÇÕES - EIRELI, CNPJ 18930710000186, que lhe foi ajuizada uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Ibaiz Unibanco S.A., objetivando a cobrança de R$ 288.488,51 (ref. Fev.2021), referente ao contrato SOB MEDIDA AVAL DEV SOL EM DIA, n.º 8847987440/1. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 09 de maio de 2022. 19 e 20 / 05 / 2022.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0000146-66.2022.8.26.0100**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 39ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Drª. Douglas Inezo Rivera, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a ZPEGO RIOPARK E TECIDOS LTDA - ME (CNPJ. 09.246.433/0001-04), Nair Fernandes da Silva (CPF. 090.401.448-77) e Cassia Regina Fernandes (CPF. 398.159.828-85), que o mandado monitório, expedido nos autos da ação Monitória, ajuizada por Banco Bradesco S/A, sucessor por incorporação do Banco HSBC Bank Brasil S/A Banco Múltiplo, convertendo-se em mandado executivo, constituindo-se de título executivo judicial da quantia de R$ 384.848,08 (dezembro de 2021). Estando os executados em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetuem o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, incisa-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 19 e 20 / 05 / 2022.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1007474-72.2018.8.26.0002**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários. Requerente: Banco Bradesco S/A. Requerido: Gerald Lopes. Estado de São Paulo. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1007474-72.2018.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 14ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Drª. Fábio Henrique Prado de Toledo, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Gerald Gerlin Lopes (CPF. 385.509.098-84), que Banco Bradesco S/A lhe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 38.011,55 (dezembro de 2017), decorrente do Contrato de Mútuo Parcelado, sendo que a cada utilização é gerado um número 0016988 (antigo HSBC) 3700156 (atual Bradesco) – Crédito Parcelado. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15

Hidrovias do Brasil Administração Portuária Santos S.A.

CNPJ/MF nº 34.189.633/0001-01

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de reais – R$)*

Ativos	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	733	181
Títulos e valores mobiliários	5	25.359	14.856
Contas a receber de clientes	6	3.964	–
Estoques		664	565
Impostos a recuperar	7	277	–
Adiantamentos a fornecedores	8	22.060	–
Pagamentos antecipados		43	31.010
Créditos com partes relacionadas	12	13.073	–
Total do ativo circulante		**66.173**	**46.612**
Ativo não circulante			
Adiantamentos a fornecedores	8	3.879	–
Imobilizado	9	27.992	235
Bem de direito de uso	10	126.375	–
Intangível	11	91.896	–
Total do ativo não circulante		**250.142**	**235**
Total do ativo		**316.315**	**46.847**

Passivos e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Passivo circulante			
Fornecedores	12	7.102	1.216
Obrigações sociais e trabalhistas		340	45
Arrendamento		1.539	3
Contas a pagar com partes relacionadas	13	71.850	1.746
Adiantamento de clientes		36	–
Obrigações tributárias	10	5.228	–
Arrendamento concessão	11	18.547	–
Outras contas a pagar		1.321	–
Total do passivo circulante		**105.964**	**3.010**
Passivo não circulante			
Arrendamento a pagar	10	126.748	–
Arrendamento concessão	11	55.226	–
Total do passivo não circulante		**181.974**	**–**
Patrimônio Líquido			
Capital social		43.905	43.905
Prejuízo do período		(15.528)	(68)
Ajuste de avaliação patrimonial			–
Total do patrimônio líquido		**28.377**	**43.837**
Total do passivo e patrimônio líquido		**316.315**	**46.847**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e período de 23 de setembro a 31 de dezembro de 2019 *(Em milhares de reais – R$, exceto o resultado por ação)*

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Receita operacional líquida	16	39.761	–
Custos dos serviços prestados	17	(34.883)	–
Lucro bruto		**4.878**	**–**
Despesas Operacionais			
Gerais e administrativas	17	(7.871)	(128)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		**(2.993)**	**(128)**
Receitas financeiras	18	467	60
Despesas financeiras	18	(12.934)	–
Resultado financeiro		**(12.467)**	**60**
Resultado operacional e antes do imposto de renda e contribuição social		(15.460)	(68)
Prejuízo do exercício/período		**(15.460)**	**(68)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e período de 23 de setembro a 31 de dezembro de 2019 *(Em milhares de reais – R$)*

	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Prejuízo do exercício /período	(15.460)	(68)
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**(15.460)**	**(68)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e período de 23 de setembro a 31 de dezembro de 2019 *(Em milhares de reais – R$)*

	Capital social	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2019 (não auditado)	–	–	–
Capital Social	43.905	–	43.905
Prejuízo do período	–	(68)	(68)
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)	43.905	(68)	43.837
Capital Social	–	–	–
Prejuízo do exercício	–	(15.460)	(15.460)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**43.905**	**(15.528)**	**28.377**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e período de 23 de setembro a 31 de dezembro de 2019 *(Em milhares de reais – R$)*

	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício/período	(15.460)	(68)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Ajuste valor presente arrendamento e concessão	11.246	–
Atualização monetária – arrendamento mercantil	4.815	–
Rendimento de aplicação financeira	(477)	(63)
Depreciação e amortização	3.863	–
Amortização do bem de direito de uso	4.358	–
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(3.964)	–
Estoques	(99)	(564)
Impostos a recuperar	(277)	–
Adiantamentos a fornecedores	(26.358)	–
Pagamentos antecipados	1.562	(31.010)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	5.886	1.216
Obrigações sociais e trabalhistas	295	45
Obrigações tributárias	1.536	3
Adiantamentos de clientes	36	–
Outras contas a pagar	1.321	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais	**(11.717)**	**(30.441)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(27.386)	(235)
Aquisição de ativo intangível	–	–
Títulos e valores mobiliários (aplicação)	(92.736)	(14.960)
Títulos e valores mobiliários (resgates)	82.710	166
Mútuo concedido entre partes relacionadas	(13.073)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(50.485)**	**(15.029)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aporte de capital de acionistas	–	43.905
Arrendamento pago	(7.350)	–
Mútuo concedido entre partes relacionadas	40.000	–
Outras contas a pagar com partes relacionadas	30.104	1.746
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**62.754**	**45.651**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**552**	**181**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	181	–
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	733	181
(Redução)/aumento do caixa e equivalentes de caixa	**552**	**181**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Valor Adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e período de 23 de setembro a 31 de dezembro de 2019 *(Em milhares de reais – R$)*

	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Receitas		
Receita de serviços	46.589	–
Receitas relativas à construção de ativos próprios	(27.804)	–
Insumos adquiridos de terceiros:		
Custo dos serviços prestados	(30.442)	–
Materias, energia, serviços de terceiros e outros	(908)	(128)
Construção de ativos próprios	27.804	–
Valor adicionado (consumido) bruto	15.239	(128)
Depreciação e amortização	(8.221)	–
Valor adicionado (consumido) líquido gerado pela Companhia	7.018	(128)
Valor adicionado (consumido) recebido em transferência:		
Receitas financeiras	467	60
Valor adicionado (consumido) total a distribuir	**7.485**	**(68)**
Distribuição valor adicionado (consumido)	**7.485**	**(68)**
Pessoal:	**3.184**	–
Remuneração direta	3.194	–
Benefícios	(10)	–
FGTS	–	–
Outros	–	–
Tributos	**6.827**	–
Federais	46.588	–
Estaduais	(39.761)	–
Remuneração de capitais terceiros	**12.934**	–
Atualização monetária arrendamento mercantil	4.237	–
Atualizações monetárias e cambiais	63	–
Outros financeiras	8.634	–
Remuneração de capitais próprios	**(15.460)**	**(68)**
(Prejuízo) lucros retidos	(15.460)	(68)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras – Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e período de 23 de setembro a 31 de dezembro de 2019 *(Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A Hidrovias do Brasil Administração Portuária Santos S.A. ("Companhia ou STS20"), empresa constituída em 23 de setembro de 2019, tem por objetivo social a movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais, especialmente fertilizantes e sais, pelo Porto de Santos, no Estado de São Paulo. Em 7 de novembro de 2019, foi homologado o procedimento de licitação para o arrendamento de instalações portuárias consubstanciado no leilão nº 01/2019-ANTAQ, referente ao arrendamento da área STS20, no Porto Organizado de Santos, pelo prazo de 25 anos, a partir da data de assunção de 3 de março de 2020. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu um prejuízo de R$ 15.460 mil (R$ 68 mil em 2019) e em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R$ 39.791 mil, sendo que parte substancial do passivo circulante é representado por saldo com partes relacionadas, totalizando R$71.850 mil sem risco de crédito e com expectativa de liquidação em 2021 por meio de captação de novos recursos. A Companhia possui R$ 26.092 mil de recursos compreendendo caixa e equivalentes de caixa, outros ativos de alta liquidez não utilizadas, disponíveis na data de autorização destas demonstrações financeiras. **COVID-19 – Impactos nas condições financeiras da Companhia:** O ano de 2020 foi marcado pela pandemia do COVID-19 e o impacto operacional inicial em diversos setores da economia global. Nossas operações, não sofreram impactos relevantes em razão das medidas de restrição à circulação de pessoas adotadas como consequência da pandemia da COVID-19. As atividades da companhia, ligados a cadeia de suprimentos de alimentos e metais básicos, são considerados negócios essenciais nos locais onde operamos e até o momento não estiveram sujeitas a restrições de operação. A natureza do nosso negócio torna pouco provável medidas restritivas à operação, uma vez que estas teriam potencial de causar disrupções nas cadeias de suprimentos de alimentos e insumos básicos. Não obstante, acreditamos que a extensão dos impactos da pandemia nos nossos resultados para os próximos trimestres dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis. Os impactos decorrentes do surto da COVID-19 são contínuos e, portanto, avaliaremos a evolução dos efeitos da atual pandemia em nossas receitas, ativos, resultados, negócios e perspectivas, incluindo qualquer possível alteração na nossa capacidade de continuar prosseguindo nossos negócios. Do ponto de vista gerencial, adotamos medidas de distanciamento social e prevenção com nossos colaboradores. As atividades estão ocorrendo em regime de teletrabalho desde março de 2020 e adotamos medidas de isolamento, reforço de equipamentos de proteção individual e testes para as equipes da operação como medidas para reduzir os riscos de disseminação da COVID-19 e dos impactos desta em nossos negócios. Acompanhamos continuamente o faturamento de nossas operações, o que nos possibilita antever, em certa medida, o impacto da pandemia da COVID-19 em nossas atividades. Estamos monitorando os desdobramentos da pandemia em razão da disseminação global da COVID-19, com o objetivo de preservar a nossa segurança, de nossos colaboradores, fornecedores e clientes, bem como mapeando os reflexos da pandemia em nossos negócios. Não temos como prever quando as medidas de distanciamento social deixarão de ser necessárias, e, em nosso entendimento, o retorno às atividades administrativas nos escritórios, deverá acontecer de forma gradual, uma vez que tais medidas de distanciamento social sejam reduzidas e, gradualmente, se tornem inexistentes. Acreditamos que as atuais restrições não causam, até o momento, prejuízos à operação da Companhia ou à geração de receitas da Companhia. Até o momento não identificamos riscos significativos à nossa operação, do fluxo de novos negócios ou na capacidade de pagamento de nossos clientes. **Medidas adotadas pela Companhia:** Com a finalidade de garantir a integridade de nossos colaboradores e também de nossas operações, a Companhia estabeleceu diversas medidas preventivas para reduzir os riscos oriundos da pandemia de Covid-19 e reduzir os riscos para a operação. Estas medidas seguem detalhadas abaixo: – Criação de um comitê de crise com reuniões periódicas para monitorar os riscos e ações de mitigação. Todas as bases operacionais da Companhia também possuem um comitê de crise local focado em melhorar a comunicação local, garantir a implementação dos planos de ação e acompanhar os casos suspeitos; – Ações preventivas para reduzir os riscos de contaminação e protocolos para casos suspeitos, com reforço do uso de máscaras e luvas e treinamentos de conscientização sobre a Covid aos colaboradores.

2. Base de Preparação – a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 30 de abril de 2021. **b) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **c) Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e está incluída na seguintes nota explicativa: • Nota operacional nº 3 (b) – reconhecimento de receita; As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 9 – vida útil dos ativos imobilizados; ***Mensuração do valor justo:*** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada a mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação independente de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações ("inputs") utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não baseiam em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 20 – Instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos. **d) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado ao contrário, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo dos pagamentos pagos em troca de ativos.

3. Principais políticas contábeis – As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados. **(a) Mudança nas políticas contábeis:** A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. **(b) Reconhecimento da receita:** Compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos e outras deduções similares. A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. As receitas de operação de cais e armazenagem são reconhecidas ao longo do tempo, com base proporcional na estimativa de tempo de armazenagem até a retirada da mercadoria pelo cliente de todos os exercícios apresentados. **(c) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras resgatáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os ganhos e os registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **(d) Instrumentos financeiros e de patrimônio: Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***Classificação e mensuração subsequente:*** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior a mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. Os investimentos da Companhia realiza investimentos de acordo com a política de gestão de caixa. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. ***Ativos não financeiros:*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia (exceto estoques e ativos fiscais diferidos), são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio que não tenha vida útil definida, o valor recuperável é testado anualmente. **(h) Benefícios a empregados:** ***Benefícios de curto prazo a empregados:*** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia teve uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação pude ser estimada de maneira confiável. **(i) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e, é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **(j) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros. **(k) Demonstração de valor adicionado:** A Companhia elaborou a demonstração de valor adicionado ("DVA") nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, apresentando como informação suplementar. **(l) Imposto de renda e contribuição social:** Na Companhia, os valores desses tributos de exercício, corrente , são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos aprovadas ou substantivamente decretadas na data do balanço para as demonstrações financeiras, e qualquer ajuste nos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **(m) Arrendamentos:** Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que corresponde o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimo obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: – pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; – pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; – valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e – o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo quanto a essa opção; e pagamentos de multas por rescisão antecipada, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado e reduzido pelos pagamentos de arrendamento e reconhecido uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem a definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de baixo valor são reconhecer atividades operacionais no demonstrativo de resultados. A Companhia aplica a IAS 36 para determinar se o ativo de direito de uso está com redução ao valor recuperável e contabiliza a redução ao valor recuperável de ativos de direito de uso, conforme descrito na política de "Ativos não financeiros". Os custos variáveis de arrendamento que não dependem de índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que o evento ou condição que ensejou o pagamento ocorre. **(n) Novas normas e interpretações ainda não efetivadas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação de destas demonstrações financeiras. (a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25) As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data de aplicação inicial das alterações no período primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. A Companhia determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2020 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor. (b) Referência a Estrutura Conceitual – Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06) As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06 relacionados: – mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e (i) Mudança na base para determinação dos fluxos de caixa contratuais – Na extensão em que a mudança contabilize a alteração na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência atualizando a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro. (ii) Divulgação: As alterações exigirão que a Companhia divulgue informações adicionais sobre a exposição da entidade a riscos decorrentes da reforma da taxa de juros de referência e atividades de gestão de risco relacionadas. (iv) Transição: A Companhia planeja aplicar as alterações a partir de 1º de janeiro de 2021. A aplicação não terá impacto nos montantes reportados para 2020 ou períodos anteriores.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Conta Corrente – Nacional	733	181
	733	**181**

5. Aplicações financeiras – Títulos e valores mobiliários

	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Itaú Fundo FICFI 311 (b)	22.255	–
Fundo Itaú PP Portfólio (a)	3.104	14.856
Total	**25.359**	**14.856**

(a) Aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo Itaú PP Portfólio, referenciado na variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com remuneração média de 89,49% do CDI (98,67% em 31 de dezembro de 2019). A carteira do fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras. (b) Aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo Itaú Cambial FIC FI, referenciado na variação cambial do dólar americano – Ptax800, com rentabilidade de 29,61% em 2020 (6,56% em 2019). A carteira do fundo é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos Públicos Federais, sendo 80% do Patrimonio do Fundo lastreado direta ou indiretamente na variação do preço do dólar dos EUA e/ou variação do cupom cambial.

6. Contas a receber de clientes – 6.1. Composição dos saldos

	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Nacionais	3.964	–
Total	**3.964**	

6.2. Composição das contas a receber por idade de vencimento

	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
A vencer	3.964	–
Total	**3.964**	

7. Impostos a recuperar

	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
IRRF s/ aplicação financeira (a)	56	–
PIS/COFINS (b)	187	–
ISS	34	–
Total	**277**	–

Os tributos a recuperar são registrados pela competência, de acordo com as retenções sofridas e/ou pagamentos realizados, de tal forma que a Companhia apresenta as situações abaixo: a) As retenções de Imposto de Renda, sofridas em decorrência de rendimentos de aplicações financeiras de renda fixa realizadas pela Companhia, são reconhecidas no Ativo conforme informações prestadas pelas instituições financeiras periodicamente; b) Os créditos de PIS e COFINS acumulados na Companhia não estão vinculados ao faturamento para o exterior ou para clientes preponderantemente exportadores. Esses créditos são vinculados, exclusivamente, a receita tributada no mercado interno. Dessa forma, a RFB não permite que esses créditos sejam utilizados para ressarcimento/compensação. Tais créditos devem apenas ser utilizados no débito dos débitos mensais próprios dessa Companhia.

8. Adiantamento fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Adiantamento a fornecedores nacionais	25.939	–
Total	25.939	–
Circulante	22.060	–
Circulante	3.879	–

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de adiantamento a fornecedores é composto basicamente por R$25.939 (R$0 em 31 de dezembro de 2019) referente a obras para adequação do capacidade do terminal STS20 previsto em Contrato de Arrendamento com a União. **9. Imobilizado** – A composição e movimentação do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	Móveis e Utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos Eletrônico e informática	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31/12/2019 (não auditado)	34	19	178	4	235
Adições	–	–	1	27.804	27.805
Depreciação	(4)	(2)	(42)	–	(48)
Saldo em 31/12/2020	30	17	137	27.808	27.992
Custo histórico	34	19	179	27.808	28.040
Depreciação acumulada	(4)	(2)	(42)	–	(48)
Taxa anual de depreciação – %	10	10	25	–	

(não auditado)	Móveis e Utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos Eletrônico e informática	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 29/09/2019	–	–	–	–	–
Adições	34	19	178	4	235
Saldo em 31/12/2019 (não auditado)	34	19	178	4	235
Custo histórico	34	19	178	4	235
Depreciação acumulada	(4)	(2)	(42)	–	(48)
Taxa anual de depreciação – %	10	10	25	–	

Teste de redução ao valor recuperável de ativos – "Impairment"– De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não altera essas normas no período que apresentam indicativos de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados para determinar a necessidade de registro de provisão para redução do saldo contábil a seus valores de recuperação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e período findo em 31 de dezembro de 2019, a Administração não identificou a necessidade de realização de teste para análise de *impairment* para os ativos. **10. Bem de direito de uso** – A composição e movimentação do ativo de bem de direito de uso em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

	Imóveis	Total
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)	–	–
Constituição	130.733	130.733
Amortização	(4.358)	(4.358)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020	**126.375**	**126.375**
Abaixo a movimentação do passivo de arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2020:		
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)	–	–
Adoção inicial		130.733
Atualização monetária		578
Pagamento do principal		(7.350)
Amortização AVP		8.018
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**131.977**
Circulante		5.229
Não circulante		126.748

Cronograma de vencimento dos arrendamentos:

Ano	
2021	9.312
2022	14.098
2023	14.176
2024	14.263
2025	14.356
2026 em diante	318.128
Total	**384.333**
Juros e ajuste a valor presente	(252.356)
Passivo dos arrendamentos	131.977

A taxa média de desconto para ativos arrendados é de 9,4% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

11. Intangível

	Contratos	Total
Saldo em 31/12/2019 (não auditado)	–	–
Incorporação	95.711	95.711

... continuação

Saldo em 31 de dezembro de 2019	–
Constituição (***)	85.685
Ajuste a valor presente	(19.379)
Atualização monetária	4.237
Realização do ajuste a valor presente	3.230
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**73.773**
Circulante	18.547
Não circulante	55.226

(***) Valor apresentado líquido da 1ª parcela do contrato de arrendamento adiantada em 2019 no valor de R$ 28.125

Cronograma de vencimento Outorga:

	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Ano		
2021	20.105	–
2022	16.875	–
2023	16.875	–
2024	16.875	–
2025	16.875	–
Total	**87.605**	–
Juros e ajuste a valor presente	(13.832)	–
Passivo dos arrendamentos	73.773	–

12. Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Fornecedores nacionais	7.102	1.216
Total	**7.102**	**1.216**

13. Partes relacionadas – Remuneração do pessoal-chave da Administração: A Companhia não realizou pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019. Os valores de partes relacionadas referem-se a transações sob condições específicas, definidas internamente pela Companhia. Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores:

	Ativos 31/12/2020	Ativos 31/12/2019 (não auditado)	Passivos 31/12/2020	Passivos 31/12/2019 (não auditado)
Hidrovias do Brasil Vila do Conde S.A	13.037	–	(70.249)	–
Hidrovias do Brasil S.A.	36	–	(1.601)	(1.746)
Total	**13.073**	**–**	**(71.850)**	**(1.746)**
Circulante (a)	13.073	–	(71.850)	(1.746)
Não circulante	–	–	–	–

(a) Refere-se substancialmente a dois mútuos com a Hidrovias do Brasil Vila do Conde S.A, montante de R$ 40.000 e R$ 17.000, ambos com prazo para liquidação até 31 de julho de 2021, com cobrança de mora se houver atraso no pagamento.

14. Capital social – Em 31 de dezembro de 2020, o capital social é de R$43.905 (R$43.905 em 31 de dezembro de 2019), representado por 43.904.863 (43.904.863 em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Acionistas	31/12/2020 Ações ordinárias	%	31/12/2020 (não auditado) Ações ordinárias	%
Hidrovias do Brasil Holding Norte S.A.	43.904.863	100	43.904.863	100
Total	**43.904.863**	**100**	**43.904.863**	**100**

Reserva Legal: De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Dividendos: Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos do inciso I do art. 202 da Lei 6.404/76.

15. Receita operacional líquida

	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Serviços de elevação e operação de cais	44.653	–
Serviços de Armazenagem	1.936	–
Total da receita bruta	**46.589**	–
ISS	(2.352)	–
PIS	(776)	–
COFINS	(3.700)	–
Subtotal dos impostos	(6.828)	–
Total da receita líquida	**39.761**	–

16. Custos e despesas por natureza

	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Salários, encargos e benefícios	(3.185)	(90)
Depreciações e amortizações	(8.221)	–
Manutenção	(2.408)	–
Serviços de terceiros	(16.834)	–
Aluguéis de máquinas e equipamentos	(6.393)	–
Arrendamentos	(1.385)	–
Outras (despesas) receitas	(4.328)	(38)
Total	**(42.754)**	**(128)**
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	(34.883)	–
Gerais e administrativas	(7.871)	(128)
Total	**(42.754)**	**(128)**

Hidrovias do Brasil Administração Portuária Santos S.A.

17. Resultado financeiro	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Receitas:		
Rendas de aplicações financeiras	222	63
(-) Pis e Cofins s/ Receita Financeira	(10)	(3)
Ganhos com investimentos (***)	255	–
Total	**467**	**60**
Despesas:		
Atualizações monetárias sobre arrendamento e Outorga	(12.831)	–
Multa	(2)	–
Atualizações monetárias e cambiais	(63)	–
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	(16)	–
Outras	(22)	–
	(12.934)	–
Resultado financeiro líquido	(12.467)	60

(***) Refere-se rendimento advindo de aplicação no fundo de investimento cambial.

18. Imposto de renda e contribuição social – A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240 mil, no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são reconhecidos no resultado do exercício, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de IRPJ e CSLL correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda, com relação às situações em que a regulamentação fiscal abre margem para interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

em R$ mil

	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	(15.460)	–
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL à Alíquota Nominal	5.256	–
Ajustes Permanentes:		
Doações	(102)	–
Outros Ajustes:		
Impostos diferidos s/ diferenças temporárias não reconhecidas	(1.837)	–
Impostos diferidos s/ prejuízos fiscais não reconhecidos	(3.317)	–
Imposto de Renda e Contribuição Social	–	–
Impostos Correntes	–	–
Impostos Diferidos	–	–
Alíquota Efetiva	0%	0%

A Companhia não possui histórico de compensações tributárias, dessa forma entende-se que o montante ao qual se referem tais prejuízos fiscais e bases de cálculo negativa de CSLL, bem como ajustes temporários, não sejam passíveis de reconhecimento de IRPJ e CSLL diferidos, no montante de R$4.731 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

19. Instrumentos financeiros – 19.1. Instrumentos financeiros por categoria – Todas as operações com instrumentos financeiros e derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, os valores justos estimados dos instrumentos são os mesmos dos valores contabilizados exceto para empréstimos e financiamentos, conforme segue:

			31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Ativos				
Valor justo por meio do resultado:				
– Títulos e valores mobiliários	Nível 2	25.359		14.856
Custo amortizado				
– Caixa e equivalentes de caixa		733		181
– Contas a receber	Nível 2	3.964		–
– Créditos com partes relacionadas	Nível 2	13.073		–
Passivos				
Passivo pelo custo amortizado:				
– Fornecedores	Nível 2	(7.102)		(1.216)
– Contas a pagar com partes relacionadas – circulante	Nível 2	(71.850)		(1.746)
– Arrendamento a pagar – circulante	Nível 2	(5.229)		–
– Arrendamento a pagar – não circulante	Nível 2	(126.248)		–
– Arrendamento Concessão – circulante	Nível 2	(18.547)		–
– Arrendamento Concessão – não circulante	Nível 2	(55.226)		–

– Nota: A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos contábeis, incluindo nível de hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, sempre que possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **19.2. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado:** Os instrumentos financeiros da Companhia acontecem no montante além de reduzir o risco por meio da diversificação das contraparte. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros que representam exposição máxima ao risco de crédito nas datas das demonstrações financeiras são:

	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa	733	181
Contas a receber	3.964	–
Títulos e valores mobiliários	25.359	14.856

Risco de liquidez: É o risco de que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem no gerenciamento do risco de liquidez é garantir o pagamento das obrigações, motivo pelo qual há o objetivo de manter disponibilidade em caixa para cumprimento das obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou o risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos a fim de cumprir suas obrigações nos prazos acordados. O vencimento baseia-se na data mais recente em que a Companhia possue as respectivas obrigações:

Risco de Liquidez — 31/12/2020

	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Fornecedores (Nota 11)	7.102	–	–	–
Arrendamento a pagar	5.229	10.773	9.904	106.071
Arrendamento concessão	18.547	14.105	12.895	28.226

Risco de taxa de juros: Valor contábil dos instrumentos financeiros que representam a exposição ao risco de taxas de juros:

Risco de Taxa de Juros

	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Ativos:		
Títulos e valores mobiliários	25.359	14.856

Análise de sensibilidade: A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros. **Variação das taxas de juros e taxas de câmbio:** Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia estava exposta na data-base 31 de dezembro de 2020, foram definidos três cenários diferentes. A Companhia preparou 3 cenários de análise de sensibilidade. O cenário I considera as taxas de juros futuros observadas na data base das informações contábeis intermediárias e os cenários II e III consideram redução de 25% e 50% respectivamente, na variável de risco considerada. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, projetando os índices para um ano e verificando a respectiva sensibilidade em cada cenário. As tabelas abaixo indicam os índices considerados para a análise de viabilidade e o efeito desta no resultado.

Variação das Taxas de Juros

Instrumentos financeiros	Risco	Taxa	Cenário Provável	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%	Saldo em 31/12/2020	Cenário Provável	Cenário Possível	Taxa Estimada Cenário Remoto
Títulos e valores mobiliários	CDI	1,90%	2,15%	1,61%	1,07%	3.104	8	(9)	(26)
Títulos e valores mobiliários	Variação Cambial – Ptax 800	5,1967	5,0900	3,8175	2,5450	(22.255)	457	5.906	11.356
Total						**(19.151)**	**465**	**5.897**	**11.330**

19.5. Gestão de capital: A política da Administração da Companhia é manter uma sólida estrutura de capital para manter a confiança dos investidores, credores e clientes de mercado, mantendo o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de alavancagem financeira (empréstimos) e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital equilibrada. A dívida da Companhia para a relação do patrimônio líquido final de 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 é apresentada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Total dos passivos circulante e não circulante	(287.938)	(3.010)
Caixa e equivalentes de caixa	733	181
Títulos e valores mobiliários	25.359	14.856
(Insuficiência) sobra líquida de caixa	(261.846)	12.027
Patrimônio líquido	28.377	43.837
Relação entre patrimônio e a (Insuficiência) sobra líquida de caixa	(11%)	364%

surgem principalmente dos recebíveis originados, em sua grande maioria, por clientes recorrentes e por aplicações financeiras. Conforme mencionado em nota explicativa nº 6 a Companhia após análise e aplicabilidade das políticas de contas a receber não possui perda relevante para suas demonstrações financeiras. De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões de comitê para tomadas de decisão e as aplicações financeiras são direcionadas pela Tesouraria da companhia de acordo com a Política estabelecida afim de reduzir o risco financeiro da companhia. Há acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. Quanto aos Instrumentos Financeiros, a Companhia esta exposta principalmente em Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários e portanto restringe a exposição à Instituições Financeiras de primeira linha, com classificação "investment grade" pelas agencias de rating internacionais de modo a reduzir o risco por meio da diversificação das contraparte. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros que representam exposição máxima ao risco de crédito nas datas das demonstrações financeiras são:

20. Seguros – A Companhia mantém a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos visando cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades envolvendo as suas instalações operacionais, também, para os riscos de engenharia e obras dos projetos, responsabilidade civil e danos materiais. A importância segurada em 31 de dezembro 2020 e de 2019 é como segue:

	31/12/2020	31/12/2019 (não auditado)
Riscos Operacionais		
Operador portuário	150.000	–
Danos materiais	175.872	–
Risco de engenharia	160.183	–
Responsabilidade civil de obras	30.000	–
	516.055	–

21. Itens que não afetam caixa – Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o montante de R$ 419 refere-se respectivamente a fornecedores para aquisição de imobilizados, R$219.094 referente a arrendamento outorga para aquisição de ativos não afetaram o caixa. **22. Eventos subsequentes** – Não houve evento subsequente até a data de divulgação desta demonstração financeira.

André Kinjo Kubota – Diretor **Ricardo Luiz Cerqueira** – Diretor

Franciele Sluminski Melo – Contadora CRC SP-295.460/O-5

GRI - Koleta Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.

CNPJ/ME nº 04.517.241/0002-44 NIRE 35.300.538.650

Extrato da Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 13 de Abril de 2022

Data, hora, local. 13.04.2022, 14hs, na sede social, Avenida Gonçalo Madeira, 300/400, São Paulo/SP. **Presenças.** Totalidade do capital social. **Mesa.** Presidente: Célia Maria Bucchianeri Francini Vasconcellos, Secretária: Eduardo Alves Rodrigues. **Deliberações aprovadas.** A celebração de todo e qualquer instrumento para formalizar operação financeira a ser firmada entre a Companhia e o Banco do Brasil S.A., nos seguintes termos: **Modalidade:** Financiamento BB PJ; **Prazo:** 60 meses, com carência de 03 meses; **Remuneração:** CDI + juros de 2,55%; **Tarifa:** R$2.000,00; **Valor total:** R$2.980.800,00; **Finalidade:** • Aquisição de WV – Chassi 24.260 Compactor 368.000 (09 unidades); **Garantia:** Alienação fiduciária do objeto adquirido; **CNPJ beneficiário:** 04.517.241/0002-44 (matriz). **Encerramento.** Nada mais, lavrou-se a ata. São Paulo, 13.04.2022. Acionistas: **Solvi Essencis Ambiental S.A.** e **Solvi Participações S.A.** ambas por Célia Maria Bucchianeri Francini Vasconcellos e Eduardo Alves Rodrigues. JUCESP nº 233.156/22-7 em 11.05.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

SOLVÍ PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Fechada - CNPJ/MF nº 02.886.838/0001-50 - NIRE 35.300.158.903

Extrato da Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, em 29.04.2022

Data, Hora, Local: 29.04.2022, às 10 horas, na sede, de forma eletrônica, com a dispensa da videoconferência em razão da presença do titular representando 100% das Debêntures (conforme definido abaixo) em circulação, com os votos proferidos via e-mail que foram arquivados na sede da Solvi Participações S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo/SP, na Avenida Gonçalo Madeira, nº 400 FR, 1º andar, Jaguaré, conforme a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 625, de 14.05.2020 ("Instrução CVM 625"). **Presença:** o debenturista detentor de 100% das debêntures em circulação. Também estavam presentes representantes da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário da Emissão ("Agente Fiduciário"). **Mesa:** Presidente: Larissa Monteiro Araujo, Secretária: Célia Maria Bucchianeri Francini Vasconcellos. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** Medidas a serem adotadas em razão da não entrega, pela Companhia ao Agente Fiduciário, do documento listado no Anexo I à presente ata; **(ii)** Anuência prévia para prorrogação por 16 dias adicionais do prazo estabelecido na assembleia geral de debenturistas realizada em 31.03.2022 ("AGD 31/03/2022"), de 30.04.2022 para até 16.05.2022, para apresentação das Demonstrações Financeiras Auditadas dos Devedores e dos Garantidores na Reestruturação (conforme definida na Escritura de Emissão) e da memória de cálculo dos índices financeiros auditados, todos referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2021, sem a necessidade de aditamento à Escritura de Emissão e sem a incidência de qualquer penalidade ou obrigação de pagamento de quaisquer valores adicionais pela Companhia, mediante certo que a prorrogação dos prazos previstos nas cláusulas 7.1.1 itens "(i)", "(ii)" e "(viii)" do *"Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Solvi Participações S.A.", celebrado em 20.12.2017* entre a Companhia, o Agente Fiduciário e a Fiadora, conforme aditado de tempos em tempos ("Escritura de Emissão"), não acarretarão em vencimento antecipado das Debêntures, conforme cláusula 6.1.1 "(ii)" da Escritura de Emissão; e **(iii)** Aprovação para que a Companhia, em conjunto com o Agente Fiduciário, adotem todas as medidas necessárias à implementação da deliberação desta assembleia. **Deliberações Aprovadas**: **(i)** a concessão de prazo adicional, até **15.05.2022**, para envio, pela Companhia ao Agente Fiduciário, do documento listado no Anexo I; **(ii)** Debenturista representando 100% das Debêntures em circulação, sem manifestação ou abstenção com relação a este item, aprovou a anuência para a prorrogação, por 16 dias adicionais ao prazo estabelecido na AGD 31/03/2022, qual seja, de 30.04.2022 **para até 16.05.2022** para a apresentação, pela Companhia, das Demonstrações Financeiras Auditadas das Devedoras e das Garantidoras na Reestruturação (conforme definido na Escritura de Emissão) e da memória de cálculo dos índices financeiros auditados, todos referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2021, sem a necessidade de aditamento à Escritura de Emissão e sem a incidência de qualquer penalidade ou obrigação de pagamento de quaisquer valores adicionais pela Companhia, mediante certo que a prorrogação dos prazos previstos nas cláusulas 7.1.1 itens "(i)", "(ii)" e "(viii)" do "Instrumento" acarretarão em vencimento antecipado das Debêntures, conforme cláusula 6.1.1 "(ii)" da Escritura de Emissão; e **(iii)** Debenturista representando 100% das Debêntures em circulação, sem manifestação de voto contrário ou abstenção com relação a este item, aprovou pela autorização para que a Companhia, em conjunto com o Agente Fiduciário, adote todas as medidas necessárias à implementação das deliberações desta assembleia. A Companhia atesta que a presente assembleia foi realizada atendendo a todos os requisitos, orientações e procedimentos, conforme determina a Instrução CVM 625. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 29.04.2022. Na qualidade de Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários - Evelyn Chen Wu - Procuradora, Na qualidade de emissora das Debêntures: Solvi Participações S.A. - Eduardo Alves Rodrigues - Diretor Jurídico, de Compliance e de Gestão de Risco, Célia Maria Bucchianeri Francini Vasconcellos - Diretora Financeira. Na qualidade de Debenturista representando 100% das Debêntures em circulação: Itaú Unibanco S.A. - Larissa Monteiro Araujo - Procuradora, Victor Alencar Pereira - Procurador. JUCESP nº 232.389/22-6 em 10.05.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

GAIA CRED II COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS

CNPJ Nº 25.116.715/0001-35 - NIRE 35.300.492.846

Edital de Convocação de Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em 2 (Duas) Séries, da Espécie Quirografária e Subordinada, Respectivamente, para Colocação Privada, da Gaia Cred II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

A Gaia Cred II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ("Gaia Cred II" ou "Emissora"), pelo presente edital de convocação, observando o disposto na Escritura Particular da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (Duas) Séries, da Espécie Quirografária e Subordinada, respectivamente, para Colocação Privada, da Gaia Cred II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Escritura"), convoca os Srs. Debenturistas a reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas ("Assembleia"), a se realizar, em primeira convocação, **no dia 26 de maio de 2022, às 14:30 horas**, de forma exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por videoconferência pela plataforma **Google Meet (https://meet.google.com)**, para deliberar sobre: (i) a aprovação da alteração de controle direto das ações da Emissora (conforme definido abaixo) em razão da titularidade da acionista Nova Atlantis Participações Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 11.101.923/0001-56, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Ministro Jesuino Cardoso nº 633, 3º andar, conjunto 81, sala 4, Vila Nova Conceição, CEP 04544-050 ("Nova Atlantis"), no Sr. João Pedro dos Santos Pacífico, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Ministro Jesuino Cardoso, nº 633, 8º andar, conjunto 81, Sala 4, Vila Nova Conceição, CEP 04544- 050, portador da cédula de identidade RG nº 25.684.186 e inscrito no CPF sob nº 267.614.938-61 ("João Pacífico") e, ato contínuo, da transferência de referidas ações da Emissora detidas pelo Sr. João Pacífico à Opea Capital S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, nº 1.240, 6º andar, conjunto 62, Jardim Europa, CEP 01455-000, inscrita no CNPJ sob nº 39.502.045/0001-08, em cumprimento às regras da Resolução do Banco Central do Brasil nº 2686, de 26 de janeiro de 2000; e (ii) Autorização à Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("**Agente Fiduciário**"), para que pratique todos os atos necessários para efetivar as deliberações acima, incluindo, mas não se limitando, a celebração do aditamento à Escritura de Emissão de Debêntures, e de quaisquer outros documentos que sejam necessários para fazer frente às deliberações. Em atenção à Instrução CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("ICVM 625"), a Assembleia será realizada exclusivamente de forma remota, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Debenturistas que enviarem aos endereços eletrônicos assembleias@planetasec.com.br (Emissora) e agentefiduciario@vortx.com.br (Agente Fiduciário), preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação dos Debenturistas; e (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Nos termos do artigo 3º da ICVM 625, será admitido o envio de instrução de voto previamente à realização da Assembleia, cujo modelo será disponibilizado no site da Emissora https://planetasec.com.br/, bem como a participação e o voto a distância durante a assembleia por meio da plataforma acima informada. Os Debenturistas que desejarem exercer o voto por instrução de voto a distância deverão preencher a instrução de voto com seus dados e voto e encaminhá-la à Emissora e ao Agente Fiduciário, aos endereços eletrônicos assembleias@planetasec.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br assinados pela plataforma D4Sign ou plataforma equivalente, de forma que sua presença e voto sejam contabilizados na Assembleia. Conforme artigo 7º da ICVM 625, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo aos presentes a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Debenturistas presentes poderá ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente. Sem prejuízo, os Debenturistas presentes à Assembleia poderão formalizar a assinatura de presença por meio de assinatura eletrônica via D4Sign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora.

São Paulo, 17 de maio de 2022.

Gaia Cred II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

MINNOR – GESTÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA.

CNPJ/MF nº 35.706.701/0001-25 - NIRE nº 35.23.57.47.113

EXTRATO DA TRANSFORMAÇÃO DE TIPO SOCIETÁRIO DA SOCIEDADE

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes abaixo: **Mauricio Pereira Gachet**, RG 44.653.590-4, CPF 272.154.728-41. **Amanda Chaparro Brandão**, RG 35.451.144-0, CPF 344.533.438-25. Únicos sócios da sociedade limitada, sob o nome **MINNOR – Gestão e Participação Ltda.**, CNPJ 35.706.701/0001-25. Resolvem de comum acordo realizar a presente **Transformação de Tipo Jurídico Societário da MINNOR – Gestão e Participação Ltda.**, nos moldes e especificações abaixo descritos: **1. Transformação do Tipo Jurídico Societário:** Os sócios resolvem por bem, transformar o tipo jurídico/societário da Sociedade Ltda. para S.A. **2. Alteração da Denominação Social:** As partes decidem alterar a denominação social, que passa a ser "**MINNOR – Gestão e Participação S.A.**". **3. A Eleição da Diretoria:** Resolvem eleger como membro da Diretoria, para um mandato de 3 anos, o Sr. **Mauricio Pereira Gachet**, para os cargos de Diretor-Presidente e Diretor-Financeiro, compondo a Diretoria de apenas 1 integrante, o qual representará a Sociedade ativa e passivamente. **4. Estatuto Social:** Por fim, resolvem aprovadas a redação do Estatuto Social da Sociedade Anônima. SP, 13/04/2022. **JUCESP** - 228.426/22-4, NIRE 3530059178-0 em 05/05/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

IFIN PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 40.593.395/0001-06 - NIRE 35.300.563.727

Extrato da Ata de Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Emissão de Debêntures Simples Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Companhia, Realizada em 1º Convocação em 17.02.2022.

Data, Hora, Local: 17.02.2022, às 14hs, de forma remota, através do sistema eletrônico Microsoft Teams de conexão via internet, ou o link de acesso do sistema eletrônico disponibilizado pela **IFIN Participações S.A. ("Emissora")**, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 625/20 ("**Instrução CVM 625**"). **Convocação:** Edital publicado nas edições dos dias 27, 28 e 29.01.2022 no jornal "O Dia SP". **Presença:** (i) os titulares de 66,00% das Debêntures em circulação da 1ª Emissão de Debêntures Simples Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da IFIN Participações S.A. ("Titulares das Debêntures"); (ii) representantes da **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, instituição financeira, com sede em São Paulo/SP, CNPJ/ME nº 22.610.500/0001-88, ("Agente Fiduciário"); (iii) representantes da **Virgo Holding Ltda.**, com sede em São Paulo/SP, CNPJ/ME nº 30.507.646/0001-20 ("Interveniente Anuente"); e (iv) representantes da Emissora. **Mesa:** Presidente: **Victor José Pereira Barreira** e Secretária: **Ana Carla Moliterno**. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a concessão de waiver para obtenção do registro da Emissora perante a CVM na categoria A, nos termos da Instrução CVM 480, em prazo posterior ao estabelecido na cláusula 7.1., item (f) da Escritura de Emissão, bem como a prorrogação do prazo de mais 12 meses a contar da data de deliberação desta assembleia para cumprimento da referida obrigação; e, (ii) a autorização para o Agente Fiduciário, em conjunto com a Emissora, realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado no item "(i)" acima. **6. Deliberações:** (i) Com relação ao item (i) da ordem do dia, os Titulares das Debêntures representando 52,55% das Debêntures em circulação aprovaram, sendo que os Titulares das Debêntures representando 13,45% das Debêntures em circulação rejeitaram, a autorização para a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, em caráter excepcional, a conceder waiver para obtenção do registro da Emissora perante a CVM na categoria A, nos termos da Instrução CVM 480, em prazo posterior ao estabelecido na cláusula 7.1., item (f) da Escritura de Emissão, bem como a prorrogação do prazo por mais 6 meses a contar da data de deliberação desta assembleia para cumprimento da referida obrigação; e (ii) Com relação ao item (ii) da ordem do dia, os Titulares das Debêntures representando 52,55% das Debêntures em circulação aprovaram, sendo que os Titulares das Debêntures representando 13,45% das Debêntures em circulação rejeitaram, a autorização para o Agente Fiduciário, em conjunto com a Emissora, realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado no item "(i)" acima. 1.A presente Ata de Assembleia será publicada no site da Emissora, sendo dispensada a publicação em jornais em que a Emissora divulga suas informações societárias. 2. Em virtude das deliberações acima e independente de quaisquer outras disposições nos documentos da operação, os Titulares das Debêntures, neste ato, exime a Emissora, o Agente Fiduciário e o Interveniente Anuente de quaisquer responsabilidades relacionadas aos itens acima mencionados. 3. Todo e qualquer termo que não fora definido na presente Ata, terá o mesmo significado que lhe fora atribuído nos Documentos da Operação. 4. A Sra. Secretária da presente assembleia, atesta, nos moldes do §2º do Art. 130 da Lei 6.404/76, que todos os Titulares das Debêntures relacionados no Anexo I. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 17.02.2022. Victor José Pereira Barreira - Presidente; Ana Carla Moliterno - Secretária. **IFIN Participações S.A.** - Ila Alves Sjern e Pedro Paulo Oliveira de Moraes; **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.** - Felipe Ferreira Gouveia e Bruno Ivonor Borges Alexandre; **Virgo Holding Ltda.** - Daniel Monteiro Coelho de Magalhães e Pedro Paulo Oliveira de Moraes. JUCESP nº 209.195/22-8 em 27.04.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

GAIA CRED II COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.

CNPJ Nº 25.116.715/0001-35 - NIRE 35.300.492.846

Edital de Convocação de Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, Com Garantia Real Adicional, Para Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Distribuição, Nos Termos da Instrução CVM 476, da Gaia Cred II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

A Gaia Cred II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Gaia Cred II" ou "Emissora"), pelo presente edital de convocação, observando o disposto na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Real Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, nos Termos da Instrução CVM 476, da Gaia Cred II Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ("Escritura"), convoca os Srs. Debenturistas a reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas ("Assembleia"), **a se realizar, em primeira convocação, no dia 26 de maio de 2022, às 14:00 horas**, de forma exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por videoconferência pela plataforma **Google Meet (https://meet.google.com)**, para deliberar sobre: (i) a aprovação da alteração de controle direto das ações da Emissora (conforme definido abaixo) em razão da titularidade da acionista Nova